

**ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
COIMBRA REALIZADA EM VINTE E NOVE  
DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ**

No dia vinte e nove de Junho de dois mil e dez teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2 – Contracção de empréstimo de médio/longo prazo no valor de 1.000.000,00 € para financiamento de projectos do PPI 2010 dos SMTUC;**

**Ponto 3 – Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2009 e Parecer do Revisor Oficial de Contas;**

**Ponto 4 – Mapa de Pessoal Direcção Municipal de Desenvolvimento Humano e Social;**

**Ponto 5 – Associação Cultural e Recreativa de Coimbra – pedido de isenção de IMI;**

**Ponto 6 – Plano Pormenor da Zona desportiva de Taveiro;**

**Ponto 7 – Prestação de serviços de limpeza de instalações municipais – despesa plurianual;**

**Ponto 8 – Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra a Virgílio Caseiro;**

**Ponto 9 - Regulamento de utilização e funcionamento do estádio Municipal Sérgio Conceição;**

**Ponto 10 – Empresa de Turismo prestação de Contas de 2009 – conhecimento;**

**Ponto 11 – Comunidade Inter Municipal do Baixo Mondego – prestação de contas de 2009 – conhecimento;**

**Ponto 12 – Conselho da Comunidade – ACES Baixo Mondego I – indicação de um representante da A.M.;**

**Adenda:**

**-Águas de Coimbra AC-Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas**

**-Plano Estratégico de Coimbra**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):**

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís Cunha de Almeida, Miguel José Ferros Reis da Fonseca, Hugo Filipe Martins Rodrigues e Flávio dos Santos Ferreira.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, José Marques Gomes Murta, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Carlos Alfredo Monteiro Fernandes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

Helena Maria de Oliveira Freitas, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Carlos Rogério Antunes Pinto, Ana Paula Soares Pinto Bravo, André Gonçalo Dias Pereira e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Apresentou justificação de falta o deputado Fernando Luís Almeida Torres Marinho.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Melo e Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Faltou justificadamente o deputado Fernando Jaime Alves Martinho.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

**"Pina Prata, Agora Sim":**

José Manuel Torres Farinha

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João Paulo Lima Barbosa de Melo, Maria José Azevedo Santos, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Luís Nuno Ranito da Costa Previdência, Álvaro Jorge de Maia Seco, António Vilhena, Carlos Manuel Dias Cidade e Francisco Queirós.

**MESA:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por José Marques Gomes Murta como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e vinte minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputada municipal **Olinda Maria Martinho Gonçalves de Sousa Rio** pelo período de 5 dias com início a 24 do corrente mês;

Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins** pelo período de 5 dias com início a 24 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Hugo Filipe Martins Rodrigues e Flávio dos Santos Ferreira.**

Deputado municipal **José Manuel Gonçalves da Silva** pelo período de 2 dias com início a 27 do corrente mês;

Deputada municipal **Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues** pelo período de 3 dias com início a 28 do corrente mês.

Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha** pelo período de 3 dias com início a 28 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **André Gonçalo Dias Pereira, Ana Paula Soares Pinto Bravo e Horácio José da Paz Santiago.**

Deputado municipal **Fernando Jaime Alves Dias Martinho** pelo período de 3 dias com início a 29 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (CDU) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra **Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.**

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais, apresentou um

requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **José Marques Gomes Murta**.

O Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Bispo, também apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **Carlos Alfredo Monteiro Fernandes**.

**Período destinado à intervenção de munícipes:**

Representante da **Secção de Basquete no Clube Portugal Telecom-Fernando Antunes**:

“Antes de começar queria fazer um agradecimento especial, à forma rápida com que o Senhor Presidente da Assembleia nos deu a palavra para manifestarmos as nossas preocupações e as nossas angústias.

Queria colocar um problema que, neste momento, está em solução mas que não há ainda uma concretização.

O Clube Portugal Telecom é um centro de cultura, de desporto e de lazer, administrativa e financeiramente autónomo do Grupo Empresarial Portugal Telecom.

A Secção de Basquetebol do Clube PT, com sede em Coimbra, conta já com 15 anos de actividade, privilegiando e dedicando-se essencialmente à formação, contando já com mais de 150 atletas federados inscritos, maioritariamente residentes em Coimbra.

O Pavilhão Desportivo do Clube Portugal Telecom, sito na Rua General Humberto Delgado, tem vindo a ser objecto de sucessivas tentativas de alienação por parte da Portugal Telecom, do conhecimento da autarquia e com o propósito de ser ali criado outro tipo de infra-estrutura, com utilização completamente diversa da que possui hoje.

Face a este cenário e à importância que o projecto da Secção de Basquetebol representa para os jovens atletas, pais, encarregados de educação, dirigentes, seccionistas, técnicos, árbitros e restante comunidade desportiva e cívica desta zona privilegiada da Cidade de Coimbra, consideramos este pavilhão desportivo um activo fundamental.

Posto isto, e não tendo capacidade de negociação com a empresa Portugal Telecom, virámo-nos para o governo da cidade e focamos essencialmente duas questões:

-Se o governo da Cidade estava interessado em perder um clube de basquetebol, uma vez que, não há muitos na Cidade, nem no distrito;

-E se haveria interesse da Cidade em perder um espaço desportivo em que a cidade, como todos nós sabemos, é deficitária.

Deste encontro houve abertura da Câmara Municipal, tivemos todo o apoio, tivemos encontros, neste momento, há soluções em cima da mesa, não temos ainda uma concretização.

Portanto, gostaríamos que em 1 de Setembro pudéssemos continuar a desenvolver a actividade de basquetebol naquele ou noutro espaço desportivo, para os 152 atletas jovens.”

**Período Antes da Ordem do Dia:**

**Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):**

“Hoje foi aqui levantado um problema que, é um problema que toda a Cidade sente, e que o Partido Socialista já tinha levantado, através do vereador Carlos Cidade, na reunião do Executivo. Naturalmente que este problema tem de ser uma preocupação da Assembleia Municipal.

Todos sabemos a importância do basquetebol na Cidade de Coimbra.

A Portugal Telecom a par da Associação Académica e os Olivais assumem um papel fulcral na prática do basquete.

Deste modo, os deputados do Partido Socialista entendem que tem de ser encontrado uma solução para o problema. E não pode ser encontrada nenhuma solução para o pavilhão em causa, sem antes, que a Portugal Telecom tenha um local digno para o clube de basquetebol treinar.

Por último, quero dizer que esta preocupação hoje trazida à Assembleia Municipal pelos dirigentes do Partido Socialista, nós acreditamos que será compreendida pela Câmara Municipal de Coimbra. Esperamos que o Senhor Presidente e o senhor vereador do desporto encontrem uma solução eficaz e digna para o Clube Portugal Telecom.

O que apelamos que esta solução seja encontrada da forma mais célere, porque como todos sabemos, qualquer época desportiva que começa em Setembro, é preparada em Junho e Julho, e os dirigentes não poderão ficar naturalmente à espera de uma solução até ao princípio do mês de Setembro.

Assim, vimos reiterar a nossa preocupação hoje em Assembleia Municipal acreditando que a Câmara Municipal encontrará a melhor solução.”

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

O deputado municipal Ferreira da Silva disse que a sua intervenção prendia-se com um assunto de que classificava como **Questão Coimbrã** que é o Metro Mondego.

Assim, passou a ler o seguinte documento:

“O Metro Mondego, mais que um sonho, é uma realidade em curso, que muito diz respeito à vida das populações de Coimbra, Lousã e Miranda.

O seu Projecto desenvolve-se num conjunto de onze adjudicações de empreitadas de obras e fornecimento de material e equipamento, estando as duas primeiras já em execução. A conclusão destas, sem a continuidade das demais, significa, a suspensão do Projecto, o seu adiamento *sine die*, a sua paralização.

Os deputados desta Assembleia Municipal, não aceitam que a população de Coimbra, e bem assim, que as populações dos concelhos vizinhos de Lousã e Miranda do Corvo, sejam sacrificadas de forma desproporcionada, em nome das medidas de combate à crise e do seu enquadramento no âmbito de financiamento do Projecto do Metro Mondego.

As orientações estratégicas constantes da Resolução da Assembleia da República nº 25/2010 de 12 de Abril vieram determinar o estabelecimento de limites máximos de endividamento previstos no PEC, de 7%, 6%, 5% e 4% nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 respectivamente, o que a aplicar-se a um Projecto como o do Metro Mondego, ainda na sua fase inicial, no seu lançamento, ainda com um restrito endividamento ao contrário e comparativamente com a generalidade das demais empresas públicas, significa na prática, paralizá-lo, por impossibilidade de financiamento.

E isto, não se aceita e deverá, constituir uma **Questão Coimbrã**, onde todos nós, todos os partidos políticos se devem unir, em nome do sacrifício que vem sendo

exigido às nossas populações em termos de acessibilidades e mobilidade ao longo das últimas décadas, o que não acontece, diga-se, com as populações das áreas de Lisboa e Porto.

Temos de manifestar a nossa inquietação e revolta.

O Projecto do Metro Mondego tem que ser considerado um projecto singular, excepcional, ao qual, mesmo em termos de bom rigor técnico-jurídico, não tem aplicabilidade as determinações que visam concretizar as referidas orientações estratégicas constantes da Resolução de Assembleia da República nº 29/2010 de 12 de Abril, mais dirigidas às empresas públicas que ao longo do tempo, têm acumulado défices e endividamentos, a mais das vezes, injustificados.

Entender-se isto de forma diferente é a descredibilização social, política e técnica do Projecto do Metro Mondego, que os deputados do Partido Socialista nesta Assembleia denunciam e querem combater por todos os meios ao seu alcance e para tanto, convidam todos os partidos e deputados municipais a associar-se, fazendo disto uma **Questão Coimbrã** em nome da defesa das populações de Coimbra, Lousã e Miranda, propondo:

A constituição de uma Comissão para esta **Questão Coimbrã** — Metro Mondego - para de imediato, requerer agendamento de audiência ao Senhor Primeiro-Ministro de Portugal a ser constituída por:

-Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra e Presidente da Assembleia Municipal da Lousã e Miranda do Corvo.

-Um representante de cada Partido, nesta Assembleia Municipal.”

#### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

“Quando tomei a liberdade de pedir a palavra para me pronunciar sobre a matéria que me parece extraordinariamente relevante da potencial destruição de um equipamento desportivo, numa zona nobre da nossa Cidade, provavelmente em submissão de interesses imobiliários de que são interesses discutíveis na altura do crescimento da nossa cidade, mas não posso deixar de me pronunciar, também, sobre as questões que hoje põem em causa um projecto estruturante para a cidade, que é o Metro-Mondego.

Em relação ao primeiro ponto, nomeadamente à questão do **pavilhão da PT**, penso que é razoável e exigível que a Autarquia se comprometa, em termos públicos e parece que tem vindo pela voz do Senhor Presidente e pelo senhor vice-presidente nesse sentido, tem havido a intenção e é essa que quero que fique registada, que qualquer licença de utilização daquele local, para outros fins que não desportivos terá que ser sempre condicionada com alternativa exequível e que garanta a oportunidade de um projecto desportivo que esteve em causa.

Parece-me que, é este registo que nós devemos deixar aqui.

Em relação ao **Metro Mondego**, não poderei estar mais de acordo com o apelo dos deputados do Partido Socialista, assumindo um projecto que todos nós consideramos estruturante para a Cidade: não só para a metrópole Coimbrã, e é bom que nos habituemos a falar, porque de facto não é um projecto exclusivo da cidade, mas tal como está vai afectar essencialmente o perímetro urbano da Cidade de Coimbra e a mobilidade da Cidade e tudo aquilo que engloba a capacidade de circulação em toda a área metropolitana coimbrã.

Não posso estar mais de acordo com todas as tomadas de iniciativa na defesa do desenvolvimento e da concretização do projecto metropolitano em Coimbra. Naturalmente, comissões, todos nós estamos de acordo em constitui-la o resto é saber quem assume a sua garantia e a sua concretização.

Já agora e metendo dentro de parênteses, temos como proposta à ordem de trabalhos, na minha opinião de uma forma espúria a **discussão do Plano Estratégico da Cidade de Coimbra** que nos é proposta em aditamento da ordem de trabalhos, matéria de tal que provavelmente justificaria uma Assembleia Municipal, só, para isso. Desde já deixo aqui a proposta à mesa que se substitua este aditamento à proposta de trabalho para lhe dar algum conteúdo e seriedade, que seja agendada uma Assembleia Municipal extraordinária, exclusivamente, para permitir o debate o acrescento o conhecimento global daquilo que se propõe como Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra, na medida, sendo como plano estratégico que poderá estar sempre sujeito a alterações, mas ganhará sempre se fôr alargado o seu conhecimento e a sua discussão, não só pelos deputados municipais, mas por toda a Cidade.

Desde já deixo aqui a proposta concreta que este ponto de acrescento à ordem de trabalhos seja substituído por um agendamento de uma Assembleia Municipal exclusivamente para esta matéria, que, como já fizemos aqui, em relação aos terrenos da Penitenciária possa vir a contar com os contributos de outras entidades, de outras pessoas, de todos os interessados sobre a Cidade, sobre o conceito de cidade, sobre o seu conceito estratégico que tem para esta Cidade.

Não deixarei de registar e dando naturalmente os parabéns ao Carlos Cidade pelos seus últimos êxitos em termos partidários, mas, não deixarei de registar a sua primeira acção pública como projecção pelo assinante ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, potativo opositor do maior partido da oposição aqui no concelho que seja o porta-voz do descontentamento da cidade perante o Governo Central.”

**Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):**

“Antes de mais aceitar a sugestão do deputado Pinto Ângelo de que este assunto do Plano Estratégico de Coimbra, seja agendado com cuidado, numa próxima Assembleia Municipal, mesmo não sendo ponto único, acho que deve ser agendado com o tempo suficiente para ser discutido com a seriedade que o tema exige.

Depois naturalmente referir-me ao caso do **pavilhão da PT**.

Dizendo que é uma questão de princípio da nossa parte de que é questão de princípio de que não pode ser abatido o activo uma instalação daquela utilidade sem haver, antes, uma alternativa possível para aquela situação. Julgo aliás que o vereador do desporto e o vice-presidente da Câmara tomaram as medidas necessárias para que tal aconteça. Mas, a minha posição pessoal é esta:

Não há empreiteiro nenhum que se sobreponha aos interesses da cidade, não há poder económico nenhum que se sobreponha ao poder político, portanto, não há brincadeira nenhuma sobre este assunto!

Quem pensar o contrário não conta connosco, acho que neste assunto específico, primeiro, salvaguardar o interesse de toda a gente que pratica desporto naquele

pavilhão. Há um esforço enorme que tem de ser salvaguardado, e depois encontrar uma solução para aquela localização, se fôr caso disso.

Finalmente, gostaria de me dirigir ao Partido Socialista e ao Dr. Ferreira da Silva e dizer que o tema que eu trazia toca, no fundo, ao que ele trouxe.

Falou do **Metro**, tema que nós trouxemos aqui, várias vezes, que nós abordamos várias vezes, e eu agora trazia aqui problema das portagens é no fundo o problema, de base é o mesmo. O que está na base é que nós todos, independentemente dos partidos, das filiações, ou doutros aspectos há uma linha que nos une, que é a defesa dos interesses de Coimbra. E acima das querelas partidárias, disse-o na primeira intervenção que fiz nesta Assembleia Municipal neste mandato, que acima daquilo que nos divide, o mais importante é aquilo que nos une, independentemente do Partido que está no Poder, que esteja na Câmara ou que esteja no Governo.

Porque se fosse caso do meu Partido estar no Governo eu não teria dúvidas ou hesitações em tecer exactamente as mesmas criticas por questões de convicção, e nas questões de princípio ou nas questões de convicção, ninguém toca. Há aqui efectivamente uma **Questão Coimbrã**, que nos obriga a todos, não é de uma pessoa, não diz respeito ao Presidente da Câmara, não diz respeito ao Presidente da Assembleia, não diz respeito a outros dignatários da Cidade de Coimbra, diz respeito a todos nós, Coimbra não pode ajoelhar-se perante o poder quem baixou as caças que as levante é tempo de levantar as calças, eu digo, é a questão do Metro-Mondego, é a **questão das Portagens**, que nós pagamos quando a N-1 e N-111 não são alternativas porque passam em centros de cidades, porque tem semáforos, porque tem rotunda demoramos três ou quatro vezes o tempo e são portajadas, nós daqui a Pombal pagamos, nós daqui a Aveiro pagamos, porque é que o País inteiro não paga? Porque é que outros não pagam? E nós não dizemos: alto, que não pagamos!

É o que se passa noutras áreas e que não diz respeito a este governo quero que isto fique bem claro, isto são questões de políticas que não dizem respeito a este governo, diz respeito a vários governos de vários partidos políticos.

Nós temos a obrigação, o dever, perante os cidadãos de Coimbra de dizer basta, de dizer não! Não aceitamos que isto continue assim, não aceitámos juntos a co-incineração, não aceitamos o que se passa com o Metro-Mondego, não aceitamos o que se passa com as portagens, não aceitamos um país desigual um país em que só existe Porto e Lisboa. Um país em que só existe Lisboa uma capital uma cidade nação. Não aceitamos! Há aqui uma região, Coimbra é o centro do centro. Não aceitamos esta descentralização estúpida de poderes, em que, o Turismo vai para um sítio a Agricultura para o outro.

Nós, de Coimbra, não aceitamos ser mais humilhados!

Mas, para isso, nós não podemos estar em capelinhas, não podemos olhar só para o umbigo, temos de pensar de outra forma, e em questões fundamentais, nós temos que estar unidos. E da nossa parte há uma grande disponibilidade para isso, qualquer que seja o partido no governo.

Eu enquanto representante das gentes deste concelho não me ajoelho perante o poder.

Da minha parte há um voto favorável àquilo que a bancada do Partido Socialista hoje aqui, apresenta.

Mesmo que senão fosse aquilo que nós pensamos e devêssemos ir mais longe ou de debater melhor esse assunto no fundamental estamos de acordo. Este processo do eléctrico rápido tem de avançar rápido, estamos fartos, estamos cansados disto, nós queremos que isto se resolva o mais rápido. Decidam-se! Estão para se decidir há 5 anos, o que se passa com a Estação Velha é um apeadeiro que é uma vergonha, Coimbra não merece, ninguém se indigna, temo-nos de nos indignar, temos de levantar a nossa voz, como disse o Ferreira da Silva, há aqui uma questão Coimbrã que nos une, levantemo-nos e digamos que não aceitamos este país, desigual, desarmonioso em que uns parecem que são prosseguidos. Não tenho nada pessoal contra o primeiro-ministro, isto é, uma questão política, acho que ele prossegue Coimbra.

Mas que efectivamente Coimbra, não tem merecido aquilo que objectivamente deve merecer, como capital do centro, como centro do centro, como grande capital da região, não tem! E há aqui problemas para resolver, há aqui gente que trabalha, há aqui gente que se levanta às 6 da manhã, há aqui pessoas que trabalham o dia todo e há aqui pessoas que vivem aqui como nos outros sítios! Nós estamos a ser interiorizados, qualquer que seja o governo. Nós dizemos isto a qualquer governo. Portanto, apoiamos aquilo que é proposto em relação ao Metro-Mondego.

Mas, o que nos dizemos também é que no momento em que o país discute futebol há outra questão que nos preocupa muito. Como é que é possível que em relação aos Serviços Municipalizados de Transportes se continue sem ser apoiado pelo Estado.

Quando os transportes do Porto e Lisboa são apoiados. É inacreditável que a autarquia tenha de suportar por inteiro este custo social. E mais do que isto, quando o Porto se levanta sobre a questão da SCUT'S, a questão das portagens no norte, quando a zona de Torres Vedras e outras se levantam, eu pergunto-vos se a N-1 e a N-111 são alternativas à auto Estrada até Pombal e até Aveiro?

Quem quiser ir a Aveiro pela EN-1 ou quem quiser ir à Figueira por Tentúgal cheia de semáforos e rotundas, acham que é alternativa a auto-estrada? Pois as outras são alternativas melhores das que nós temos!

Portanto, o que nós dizemos é o seguinte:

Nós colocamos esta questão sem demagogias.

Se outros têm direitos, em condições até melhores do que as nossas, nós devemos exigir os nossos direitos, nós só queremos ser iguais, nós só queremos ter as mesmas condições dos outros, e portanto nós exigimos:

Primeiro que ao atribuírem-se situações de não pagamentos de portagens, ou de continuação de pagamento de portagens em zonas que são semelhantes às nossas, trate-se o país por igual! Não brinquem connosco! Se se tratar de criar excepções, criem-se excepções também aqui, porque somos iguais aos outros. Nós queremos um tratamento de igualdade, nós não queremos ser favorecidos, nós não queremos favores do poder, mas nós não nos ajoelhamos perante o poder.”

Deixo uma moção à mesa, sei que o senhor Presidente partilha desta questão que eu hoje defendi gostaria que o Senhor Presidente fosse o primeiro subscritor da moção:

### **Moção**

•Considerando as situações de desvantagem em que o município e a área de Coimbra têm vindo a ser colocados ao longo das décadas, podendo recordar-se,

apenas a título de exemplo, o caso do financiamento dos transportes colectivos urbanos, sobre o qual esta Assembleia Municipal tem repetidamente tomado posição;

- Muito em particular, tendo agora em conta a situação de desvantagem, em relação a cidades e áreas muito mais ricas, casos do Porto, de Aveiro e de Faro, bem como em relação a outras capitais de distrito, no que respeita à cobrança de portagens em todos os acessos por auto-estrada, a sul, a poente e a norte;
- Tendo ainda em conta que nem a EN-1 nem a EN-111 são alternativas minimamente aceitáveis, passando no interior de meios urbanos, com rotundas, passadeiras e semáforos, o que leva a que em várias horas se precise de mais do dobro do tempo de deslocação caso sejam utilizadas;
- Considerando intolerável que não haja critérios iguais para todo o país, que num país que se afirma como democrático haja cidadãos que são discriminados, como é o caso dos cidadãos de Coimbra;
- Considerando que esta situação de desigualdade é especialmente negativa e grave num período de crise como o que atravessamos.

A Assembleia Municipal de Coimbra, na sua sessão do dia 29 de Junho de 2010, exige que:

1. Enquanto não forem estabelecidos critérios iguais para todos os cidadãos portugueses e de imediato sejam isentos do pagamento de portagens os troços Pombal-Coimbra, Coimbra-Aveiro (tal como acontece na A-29, entre Aveiro e o Porto) e Coimbra-Figueira da Foz; e que

2. A haver excepções, para residentes ou de qualquer outra natureza, sejam iguais em todo o país, não podendo haver “portugueses de primeira”, os cidadãos das áreas onde tem havido SCUT’S, e “portugueses de segunda”, os cidadãos do mesmo país que, por pouca sorte, têm tido a infelicidade de ser servidos por auto-estradas convencionais.”

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Ameal:**

“A minha intervenção deve-se a uma situação muito recente que me fez vir aqui mostrar de alguma forma a minha indignação, porque como qualquer um de nós está aqui por direito próprio, porque foi eleito por este ou por aquele partido, e portanto, temos todos o mesmo direito, e como tal, nas Juntas de Freguesia todos os Executivos de Junta foram eleitos.

Fico indignado quando tenho uma obra na freguesia que coloquei em protocolo e já retirei por duas ou três vezes, que é o caso do muro da Igreja do Ameal que se encontra quase no meio da estrada.

A Comissão da Igreja pediu-me que intercedesse aqui com uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara.

Já propusemos o muro duas ou três vezes e vai-se adiando, adiando... queria contrapartidas, queriam jardins. E agora, qual não é o meu espanto que a Comissão da igreja foi à Junta dizer que tinham vindo à Câmara e numa reunião com técnicos e adjuntos, os adjuntos disseram à Comissão da Igreja: “vão pedir contrapartidas também à junta, porque a obra tem um protocolo e esse protocolo dá para fazer o muro e uma parte do jardim e rebocar os muros interiores da igreja.”

Ora, eu convidaria alguns adjuntos do Senhor Presidente da Câmara, que se não podem governá-las todas, governem só algumas juntas de freguesia, inclusivamente a minha.

Portanto, queria deixar aqui, em público, esta indignação, de que alguém não se deveria transmitir a comissões fossem quem fosse as comissões, não têm que saber se a junta tem este ou aquele valor para fazer a obra. Acho isto indigno que isto funcione assim.

Queria, mais uma vez, pedir ao Senhor Presidente da Câmara sei que se tem esforçado mas, ainda não o conseguiu que é a iluminação dos célebres nós do Ameal e de Arzila. Porque na realidade ao fim de 5 ou 6 anos continuamos com uma diferença, pelo menos à noite de uma diferença da noite para o dia.”

**Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):**

“Em nome do Grupo Municipal da CDU, queríamos apresentar um Voto de Pesar pela morte de José Saramago

José Saramago morreu.

Saramago foi o único prémio Nobel da Literatura Portuguesa, lido por milhares de pessoas da América Latina a Xangai.

Lia, incentivava e apoiava os novos escritores.

Foi o homem que estava com os outros homens. Que se comovia e chorava ao reviver o holocausto num campo de extermínio.

Militante comunista de todas as horas, nunca deixou de defender os ideais em que acreditava.

Homem de polémicas porque nunca se conformou.

Sofria com as injustiças e com as fraquezas dos homens. Mas, sobretudo acreditava na Humanidade e na sua capacidade de melhorar com vista a uma sociedade mais justa e solidária.

Viva José Saramago!”

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

“Antes de mais, dizer que a bancada do Bloco de Esquerda é favorável à proposta que foi apresentada pelo deputado Pinto Ângelo, em relação à questão do Plano Estratégico da Cidade, mas alertando desde já o que está aqui em causa não é a elaboração do Plano Estratégico, mas, tão-somente a aprovação de uma Comissão de Acompanhamento que supostamente monitorizar o Plano Estratégico.

Porque a discussão do Plano Estratégico foi aprovada por esta Assembleias e por unanimidade uma moção para a discussão aberta à Cidade e nunca foi realizada!

O Projecto Estratégico da Cidade é o projecto estratégico da maioria PSD/CDS e não da Cidade. Isso foi sempre um mau princípio, porque uma Plano Estratégico para Coimbra, é um plano estratégico para a Cidade e não um plano estratégico de um partido.

De facto vivemos conturbados tempos de crise, com o desemprego galopante a atingir quase 11% e a taxa de pobreza a ultrapassar os 20%, que seria da ordem dos 40% se este índice fosse calculado sem contabilizar os apoios sociais do Estado. Ligeiramente acima do limiar de pobreza, e cada vez mais pobres, vivem 31% dos/as trabalhadores/as, muito por culpa de uma política de salários de miséria.

Ainda assim, Portugal registou em 2009 nada mais nada menos que 600 novos milionários. Da lista dos milionários portugueses destacam-se Américo Amorim com 2,38 mil milhões de euros, seguido de Belmiro de Azevedo com 1,09 mil milhões de euros. Estes são os verdadeiros donos e senhores deste país e ao que parece também desta cidade.

Vem isto a propósito de quê? Perguntarão alguns de vós.

Foi com alguma candura e incredulidade que ouvi a proclamação de boas intenções do deputado Maló de Abreu a propósito da cidade não estar à venda de interesses imobiliários. Nem ele acredita nisso.

Pois que é um facto irrefutável que esta cidade desde há uns anos para cá se encontra completamente refém dos grandes interesses da especulação imobiliária e dos vorazes apetites de centros comerciais, shoppings e retails parques, que têm vindo a esventrar e a vampirizar terrenos, sobre terrenos desenhando a expansão da “cidade” a seu belo prazer e de acordo com os seus interesses particulares e aumentando fartamente as suas fortunas milionárias. Senão vejamos: em torno dos interesses de Américo Amorim, alienou-se espaço público de eleição para a instalação do Dolce Vita, que também vai deitar a mão, ao que tudo indica, aos terrenos da penitenciária de Coimbra; para Eiras e Taveiro, a cada um o seu retail parque; no Planalto de Santa Clara, plantou-se mais um Fórum e agora ao que tudo indica, na mesma área, Coimbra vai ser brindada com mais uma grande superfície, desta feita o Ikea.

Curiosamente, o terreno que estava prometido para a instalação do novo quartel dos Bombeiros Voluntários, já era! O quartel dos Bombeiros ameaça transformar-se numa autêntica telenovela, de que não se avista o fim. Esperemos que os poderosos interesses financeiros não venham a fazer tábua rasa do povoamento de sobreiros que aí existe, a pretexto de um qualquer PIN ou PIN +, sobrepondo-se a tudo e a todos.

Não que desvalorizemos a potencial oferta de novos empregos para o concelho, que conta mais de 6 mil desempregados, atingindo no distrito mais de 20.600, mas porque em nome da iniciativa económica e da oferta de emprego, não se pode aceitar todos os diktats e muito menos as políticas de factos consumados em que este executivo camarário tem sido fértil. Esperemos, pois que as soluções urbanísticas que venham a ser encontradas, pelo menos respeitem e preservem parte significativa do povoamento de sobreiros que aí existe, compatibilizando-o com o projecto a desenvolver, quer seja de uma grande superfície, quer de urbanização.

Ainda a propósito desta mesma área e a “talho de foice” para quando, senhor Presidente, providenciar iluminação pública para a artéria que rasga o Planalto de Santa Clara do Fórum ao Centro de Saúde de Santa Clara? Ao que sabemos aquela zona tem-se transformado numa área de algum perigo e insegurança para os cidadãos que a atravessam, em especial à noite. É que, senhor Presidente, a cidade não se constrói apenas a pensar no trânsito automóvel, mas também e sobretudo nos cidadãos e na qualidade de vida que lhes pode e deve ser proporcionada.

Mais um caso a merecer a nossa preocupação resulta da anunciada alienação do Pavilhão desportivo da Portugal Telecom, sito na Rua General Humberto Delgado que desde há 15 anos serve uma comunidade desportiva de cerca de centena e meia, com especial destaque para as camadas jovens de basquetebol. Mais uma

vez, o que é que está em causa? Ao que tudo indica, e para não variar, a instalação de mais uma superfície comercial, desta feita o LIDL. Bem dizemos nós que a cidade parece estar refém dos interesses imobiliários e das grandes superfícies que põem e dispõem, fazem e desfazem cidade, tendo em conta exclusivamente os interesses em detrimento do interesse público.

E porque é de interesse público que falamos, não podemos deixar de assumir, mais uma vez, uma atitude de denúncia crítica à intenção burocrático-centralista de um poder distante das realidades sócio económicas e culturais de país que, cegamente, pretende encerrar todas as escolas com menos de 21 alunos e constituir mega-agrupamentos de escolas, alegando como motivação preocupações de racionalização e promoção do sucesso escolar e de reordenamento da rede escolar em função da escolaridade de 12 anos. Porém, estas proclamadas intenções, não resistem à análise dos factos e por eles são mesmo claramente contrariadas. Senão vejamos: invoca-se uma relação entre escolas de pequena dimensão e taxas de insucesso escolar acima da média, mas não se apresentam quaisquer estudos que façam tal demonstração; é certo que se impõe uma racionalização da rede educativa com vista à melhoria da sua resposta educativa, é igualmente certo, e sempre o temos defendido, em Coimbra, que é necessário e imprescindível proporcionar a todas as crianças igualdade de oportunidades e de condições de acesso ao sucesso escolar, o que passa, nomeadamente pela criação de novos centros escolares multifuncionais, dotados de refeitório, de biblioteca, de espaços e equipamentos adequados para o ensino das ciências, do inglês, da música, da informática e para a prática desportiva. Por isso criticámos, e continuamos a fazê-lo, a política de remendos conduzida pela Câmara Municipal que revela ausência de planificação prévia ao serviço de uma visão de futuro e de modernização da rede escolar de Coimbra, antes cedendo às pressões das Juntas de Freguesia e de alguns interesses corporativos mal esclarecidos, para a manutenção de uma escola em cada freguesia, ainda que sem condições adequadas e apenas procedendo, a obras de alargamentos pontuais, manutenção e embelezamento, que não respondem às reais e efectivas necessidades das crianças. É assim que, por exemplo, em Arzila se recupera uma escola com 2 salas, mas que tem apenas uma turma com 17 alunos, ou se recupera a EB1 de Ceira com 4 salas e que não comporta a procura que tem, havendo a necessidade de levar alunos para a EB23 de Ceira. Os exemplos podiam continuar, mostrando à sociedade como se desperdiçam dinheiros públicos sem qualquer racionalidade, mantendo Coimbra na cauda da modernização da rede escolar e da adequação de uma resposta educativa de qualidade. Impunhasse, já o afirmámos, mais ousadia e investimento financeiro no futuro educativo das nossas crianças, projectando pelo menos novos Centros escolares na área de Santa Clara/S. Martinho, e na área de Santo António dos Olivais.

Porém, e apesar das críticas que mantemos às opções em matéria de política educativa e ordenamento da rede escolar do executivo municipal, temos de afirmar com idêntica clareza crítica que o governo na sua ânsia de poupar, porque é disso que na verdade se trata, faz tábua rasa das Cartas Educativas, que para o bem e para o mal, ainda há pouco foram aprovadas, lançando-as às urtigas e procurando, assim, impor decisões aos municípios sem de facto, proceder à sua negociação e consensualização com as autarquias e com as entidades educativas. Com efeito, é às autarquias e aos seus conselhos municipais de educação, bem como às escolas e

aos seus órgãos de gestão e administração, que compete, no quadro da autonomia, tomar decisões em matéria de reordenamento da rede escolar. A este propósito, refira-se, lamentavelmente, mais uma originalidade do município de Coimbra que já não reúne o seu conselho municipal de educação desde Outubro de 2008.

Da parte do governo o que assistimos é a uma imposição prepotente de medidas administrativas e centralizadoras em detrimento de medidas de carácter pedagógico que visem, de facto, uma significativa melhoria da qualidade de ensino. Por tudo isto não as podemos aceitar.

Finalmente uma palavra sobre os projectados mega-agrupamentos de escolas que fazem parte do pacote do Governo para o reordenamento da rede escolar (resolução do Conselho de Ministros 44/2010). Apesar da anunciada intenção de em Coimbra ser adiada a decisão para o próximo ano lectivo, não cremos que possamos aguardar descansados pelo avanço de uma medida de grande irracionalidade que vem prejudicar, ainda mais, a gestão e qualidade de vivências das escolas, destruindo os últimos vestígios de democraticidade e deteriorando a relação pedagógica e a qualidade de ensino. Pois é sabido que apenas uma gestão de proximidade que proporciona um diálogo e um conhecimento directo dos intervenientes de cada instituição escolar, pode proporcionar uma gestão mais eficiente, mais atenta, mais adequada às suas necessidades específicas, em função de um projecto educativo muito concreto. Criar mega-agrupamentos que podem atingir uma concentração de cerca de 3000 alunos e mais, com uma única direcção centralista e distante das realidades concretas de cada escola, apenas pode potenciar os problemas, desde logo disciplinares. Esta é uma medida que apenas visa objectivos de carácter economicista, procurando reduzir o número de trabalhadores (docentes e não docentes) com prejuízo para a qualidade de ensino e as condições de funcionamento e segurança das escolas. Desta forma se acentua a organização e a cadeia de comando hierárquica vertical, diminuindo os interlocutores intermédios, cerceando a autonomia e reforçando ao invés o centralismo. A gestão centralizada numa direcção única e distante tornar-se-á cada vez mais despersonalizada e indiferenciada. Por isso recomendamos ao executivo camarário que recuse esta lógica centralizadora, desenhada a régua e esquadro em gabinetes de burocratas, sem contudo recusar liminarmente a necessidade de racionalizar e otimizar recursos.

Assim, qualquer política de Agrupamento de escolas deverá ter como princípios norteadores: - que nenhum agrupamento possa ter mais de 1500 alunos; - que não se concentrem num mesmo edifício escolar os alunos de mais de dois ciclos de ensino; -que a partir de 700 alunos o agrupamento de escolas ou a escola não agrupada possa manter a sua autonomia organizativa e gestão; - que o processo de associação de escolas e agrupamentos resulte de negociação e consensualização entre o ME e as entidades educativas instaladas no terreno (município, juntas de freguesia, encarregados de educação).

### **Recomendação ao Executivo Municipal**

#### **Sobre a constituição dos Mega-Agrupamentos de Escolas**

Apesar de ter sido anunciado que os projectados mega-agrupamentos de escolas, que fazem parte do pacote do governo para o reordenamento da rede escolar (resolução do Conselho de Ministros 44/2010), apenas avançarão em Coimbra no

próximo ano lectivo, não podemos ficar a aguardar com passividade, a implementação de uma tal medida dotada de grande irracionalidade que vem prejudicar, ainda mais, a gestão e qualidade de vivências das escolas, destruindo os últimos vestígios de democraticidade e deteriorando a relação pedagógica e a qualidade de ensino.

Pois é sabido que apenas uma gestão de proximidade que proporciona um diálogo e um conhecimento directo dos intervenientes de cada instituição escolar, pode proporcionar uma gestão mais eficiente, mais atenta, mais adequada às suas necessidades específicas, em função de um projecto educativo muito concreto.

Criar mega-agrupamentos que podem atingir uma concentração de cerca de 3000 alunos e mais, com uma única direcção centralista e distante das realidades concretas de cada escola, apenas pode potenciar os problemas, desde logo disciplinares.

Esta é uma medida que apenas visa objectivos de carácter economicista, procurando reduzir o número de trabalhadores (docentes e não docentes) com prejuízo para a qualidade de ensino e as condições de funcionamento e segurança das escolas. Desta forma se acentua a organização e a cadeia de comando hierárquica vertical, diminuindo os interlocutores intermédios, cerceando a autonomia e reforçando ao invés o centralismo.

A gestão centralizada numa direcção única e distante tornar-se-á cada vez mais despersonalizada e indiferenciada.

Por isso recomendamos ao executivo camarário que recuse esta lógica centralizadora, desenhada a régua e esquadro em gabinetes de burocratas, sem contudo recusar liminarmente a necessidade de racionalizar e otimizar recursos.

Assim, qualquer política de agrupamento de escolas em Coimbra deverá ter como princípios norteadores que:

- nenhum agrupamento possa ter mais de 1500 alunos;
- não se concentrem num mesmo edifício escolar os alunos de mais de dois ciclos de ensino;
- a partir de 700 alunos o agrupamento de escolas ou a escola não agrupada possa manter a sua autonomia organizativa e gestão;
- o processo de associação de escolas e agrupamentos resulte de negociação e consensualização entre o ME e as entidades educativas instaladas no terreno (município, juntas de freguesia, encarregados de educação)."

### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:**

“Há 9 anos Castelo Viegas era uma Freguesia esquecida.

Hoje, Castelo Viegas ainda não tem tudo! Tem muita coisa ainda para resolver, muita coisa para solucionar. No entanto, já se considera uma freguesia arrumadinha. No sentido, de fazer renascer o ego daquela população fizemos em dois fins-de-semana de festas. A primeira, foi a festa do lugar dos Pereiros, a segunda foi a primeira vez que se fez a Castel-Arte, com certame de gastronomia, desporto, de cultura, de forças vivas lá da terrinha. Teve uma abertura solene com entidades oficiais, onde constou várias actividades como fados de Coimbra, animação, desporto, ranchos folclóricos e o almoço convívio etc.

Penso que a população ficou satisfeita e que se faça mais vezes tais eventos.

Quero fazer uns agradecimentos.

Ao senhor Presidente da Câmara por ter estado presente, ao vereador das Habitação, não compreendo as ausências do vereador do desporto, da cultura que também foram convidados, ou então poderiam delegar em alguém para os representar só lhes ficava bem, eram vem vindos seja quem fosse.

No domingo tivemos a presença do vereador Carlos Cidade, com os seus camaradas, quero felicitá-lo pela sua nova função partidária.

E faço um apelo continue na coordenação partidária daquela freguesia mas ensinando os seus camaradas, a ter elevação e ensinando a trabalhar para a freguesia.

Por fim, quero agradecer aos meus colegas Presidentes de Junta dos Olivais de S. Martinho do Bispo que nos emprestaram os stands.

Aos amigos companheiros e Presidentes de Juntas, apenas tive a presença do presidente de Junta de Torre de Vilela, não compreendo a ausência dos restantes.

À Comunicação Social, meus amigos transportem isto para os vossos jornais, enquanto foi a Junta de Freguesia a pagar, vocês não largaram o Presidente da Junta, fizeram a vossa publicidade, escreveram sobre isso, repito a pagar. Pagamos porque entendemos que as Juntas de freguesia devem ajudar os Jornais da região, pagámos ao Diário de Coimbra, ao Jornal das Beiras, ao Campeão da Província e à Rádio Regional do Centro, tudo bem, cumpriram aquilo que estabelecemos, depois disto Castelo Viegas deixou de existir. Mas, no entanto a festa foi um êxito mas vocês desapareceram. Para o ano faço um anúncio na televisão e os jornais da região ficam esquecidos.

Para terminar, para o ano e o povo assim o quer, vamos fazer a 2ª Castel-Arte e esperemos que seja melhor.

Agradeço também aos patrocinadores.”

**Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):**

“O que eu aqui trago em nome da CDU, é a questão que se prende com o encerramento de escolas, com a fusão de agrupamentos aquilo que o governo do PS com o seu PEC prossegue com este ataque à escola pública e ao sistema educativo. O Grupo Municipal da CDU pretende trazer aqui alguma dessas preocupações que estão na resolução do Conselho de Ministros de 14 de Junho.

No que respeita ao encerramento de escolas do 1º ciclo, a resolução termina com o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, isto significa quer a escola tenha 3 ou 4 alunos ou tenha 19 alunos vem a fechar.

Queria lembrar aqui, que no concelho de Coimbra em 2005 o concelho de Coimbra já viu 8 escolas encerradas. Com esta lógica de menos de 21 alunos perspectiva-se um encerramento de mais 12 escolas, a EB1 dos Pereiros, da freguesia de Castelo Viegas, a EB1 de Vila Pouca da freguesia do Ameal, EB1 de Arzila que é a única escola da freguesia, EB1 de Valongo da freguesia de Antanhol, EB1 de Vil de Matos também a única escola da freguesia, EB1 da Cidreira da freguesia de Antuzede e lembra que a Cidreira tinha 4 escolas já perdeu 2 escolas com esta é a terceira, a EB1 de Ardazubre e Vila Verde na Lamasosa, a freguesia da Lamasosa fechará mais duas escolas tendo fechado já uma, a EB1 Botão-Larça e Paço todas da freguesia do Botão, o que significa que a freguesia do Botão perde todas as escolas do 1º ciclo e a EB1 da Rocha Nova freguesia de Stº António dos Olivais.

A CDU quer deixar aqui, em relação a estas medidas do PEC e a estas orientações feitas em gabinete com regra e esquadro sem ter o mínimo de sensibilidade para

analisar as coisas, ponto a ponto, sem discussão com a comunidade educativa, sem nada.

Quero lembrar aqui em que em 2005, o argumento do Governo continua a ser a ligação entre as taxas de insucesso com o número de alunos por escola, ou seja poucos alunos dá logo direito a insucesso. Não sei porque é que o Ministério quando em 2005, neste processo de encerramento de escolas, o Senhor Presidente da Câmara devesse lembrar disso, todas as Câmaras receberam uma listagem com as escolas com X alunos e as taxas de retenção, a tal taxa de insucesso estava lá escrita, isso dava para verificar, por exemplo, que muitas das escolas estavam previstas a encerrar nem por isso tinham taxas de insucesso. Desta vez, não apareceu lista nenhuma porque se calhar a taxa de insucesso não estão relacionadas dessa maneira com o número de alunos por cada escola.

Depois uma questão que a CDU quer aqui trazer e lembrar aos presentes porque é que muitas das escolas do 1º ciclo tem vindo a ficar esvaziadas ao longo destas décadas e a CDU quer alertar uma coisa e não é corporativismo como diz o Bloco de Esquerda, quando nós defendemos a manutenção das escolas das freguesias e a sua requalificação com aquilo que é necessário para uma escola estar a tempo inteiro do século XXI, já agora dizer que o inglês não precisa de uma sala própria. Só queremos aqui destacar, as freguesias rurais, com tantas exigências qualquer dia não tem escolas e se calhar num futuro próximo não terão população...

A CDU apela aos Presidentes de Junta de Freguesia para pensarem muito bem, o que é que pode acontecer com o encerrar das escolas nas freguesias, não se trata apenas de deslocar crianças, sem saber para onde é que elas vão, lembro que em 2005 provou-se que a mudança não foi sinal de qualidade, no ano seguinte tivemos reclamação de país, que reclamaram as condições em que os seus filhos tiveram durante um ano lectivo por causa do encerramento das nomeadamente a de Andorinha, e Vera Cruz.

Quero lembrar que durante décadas os executivos do PS, do PSD/CDS não qualificaram as escolas do 1º ciclo, durante décadas a escola do 1º ciclo era a sala de aulas com o material didáctico dos anos 50, durante décadas os sucessivos governos não valorizaram as escolas do 1º ciclo, elas foram perdendo alunos porque os país foram procurando outros recursos.

A CDU quer que o Senhor Presidente da Câmara, que informa esta Assembleia, já que o Ministério da Educação faz estas medidas em final de ano lectivo, para que em Setembro os país tenham surpresas desagradáveis.

A CDU quer que o Senhor Presidente informe esta Assembleia, qual a posição da Câmara perante as orientações da resolução do Concelho de Ministros.

Que informações tem da DREC quanto à fusão de Agrupamentos para Coimbra.

Portanto, qual é a posição da Câmara face ao encerramento das 12 escolas sinalizadas para encerrar e quanto à fusão de agrupamentos que reflexão é que a autarquia tem sobre isto.

Muito importante, da mesma maneira que isto é feito à margem da Carta Educativa, a CDU entende que o senhor Presidente da Câmara deve convocar com carácter de urgência o Conselho Municipal de Educação que tem o direito e o dever de se pronunciar sobre as Medidas de Políticas Educativas do Concelho...

A CDU condena este ataque à escola pública que tem sido feito de uma forma encapotada no final do ano lectivo num claro desrespeito pela Comunidade Educativa e pelas Populações.

### MOÇÃO

#### COIMBRA QUER UM ENSINO PÚBLICO DE E COM QUALIDADE

O Governo do PS, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º44 de 14 de Junho de 2010, aplica o PEC à rede escolar, impondo medidas que implicam encerrar escolas do 1.º ciclo com menos de 21 alunos e fundir Agrupamentos com escolas secundárias, passando estas a ser a sede das novas unidades orgânicas, que podem acolher 3 mil alunos e centenas de trabalhadores, docentes e não docentes. Tudo isto é imposto, está a ser imposto, num claro desrespeito pelas cartas Educativas homologadas pelo anterior Governo do PS, num claro desrespeito pela vontade das comunidades educativas que não são informadas nem auscultadas as suas opiniões.

Tudo isto está a ser feito num tempo estrategicamente conveniente para o Governo, o Ministério da Educação e para a DREC — no final do ano lectivo, com os alunos e os pais mais já afastados das escolas, com o pessoal docente envolvido em exames, avaliações de alunos e outras tarefas de natureza pedagógica, com as escolas envolvidas no processo de encerramento deste ano lectivo e organização do próximo... sem saberem bem como vai ser o próximo!

Com o encerramento de escolas do 1.º ciclo e com o processo de reestruturação da rede escolar, o Governo procura sobretudo desinvestir no Ensino Público, desvalorizando a qualidade pedagógica do processo educativo, concentrando serviços, extinguindo postos de trabalho, tornando impessoais as relações dentro da comunidade educativa, acentuando as assimetrias regionais, empobrecendo os percursos educativos das crianças e jovens.

Perante esta ofensiva economicista e anti-pedagógica o Grupo Municipal da CDU da Assembleia Municipal de Coimbra propõe:

-A manutenção das escolas do 1.º ciclo, requalificando-as com espaços e serviços que dêem resposta às necessidades da “Escola a tempo inteiro” com refeitório, sala polivalente para actividades extra-curriculares e/ou actividades de tempos livres;

-Que os Presidentes das Juntas de Freguesia, com escolas sinalizadas para encerramento, reúnam com os pais e a população, respeitando as suas opiniões e vontades;

-Que o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, com funções no Pelouro da Educação e na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Educação convoque, com carácter de urgência, este órgão, pela responsabilidade que o mesmo tem na definição das políticas educativas locais, para que, após análise e reflexão das medidas propostas, tome posição, salvaguardando os interesses da comunidade educativa no que respeita ao reordenamento da rede escolar;

-Que, em defesa da qualidade do ensino na escola pública, na salvaguarda do percurso educativo dos alunos, assente numa organização pedagógica coerente e sustentável, na preservação de condições de funcionamento dos Agrupamentos, a Câmara de Coimbra defenda soluções de manutenção dos Agrupamentos e escolas Secundárias, no respeito pela Carta Educativa do concelho.”

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho de Árvore:**

“De facto, estamos num país absolutamente extraordinário, parafraseando alguém que todos nós conhecemos.

Entendemos que, o melhor para a economia seria fechar tudo o que é serviço público num determinado número em alguns sítios.

Entendemos de facto, o país não poderia sobreviver economicamente com as escolas das freguesias que não tivessem um determinado número de alunos.

Entendemos que, não valeria a pena olhar pela saúde de um determinado número de pessoas de qualquer local que não abrangessem determinados parâmetros calculados ou indicados por alguém.

Entendemos que, o país tinha de aglomerar em determinados locais, com mega-escolas, mega-hospitais, mega-centro de saúde e mega centralização de tudo.

Mandar-se assim, “às malvas” tudo o que respeita à política de proximidade, tudo o que de mais sensível tem a democracia, a educação, a verdadeira só se consegue se o agregado familiar conseguir acompanhar o aluno, se ele conseguir nos primeiros anos ter o impacto dos familiares por perto, do avó da avô dos tios, enfim, aqueles que habitualmente vêm no seu dia-a-dia, claramente assim, com este modo será mais tranquilidade em segurança. Cortando esta raízes estamos a danificar o que mais de próspero tem as sociedade que ainda o é, o apoio de uma verdadeira família que pode acontecer a uma criança e o que pode fazer para o verdadeiro equilíbrio do crescimento como pessoa digna.

Na saúde, não posso acreditar da desumanização que é fazer com que as pessoas de 70, 80 e 90 anos não tenham condições para aceder à simples receita médica, que tenham de se deslocar sem saber como, a extensões de saúde para o respectivo acesso não possui transportes públicos e para o Centro de Saúde tem de se deslocar sozinhos em transporte de empresa privada a custo que para eles são incomportáveis. Só porque, por razões puramente económicas, ou por outras que nas quais não queremos acreditar se entende que teremos de encerrar serviços, de primeiríssima necessidade. Que país é este? Que se atreve a dizer, que não tem médicos, nem enfermeiros, nem pessoal administrativo para manter em funcionamento uma vertente, das mais elementares e fundamentais responsabilidades constitucionais do Estado?

Que país é este, que não consegue dar resposta às necessidades básicas da população? O nosso propósito deve ser, tem de ser, o apoio a esta gente, aquela que não tem ninguém, cujos filhos, ainda lutam para educar e criar condições de vida para os próprios filhos e que se sente só, sem ninguém.

O nosso princípio é, tem de ser, olhar pela melhoria das condições de vida dos nossos semelhantes, fazê-los sentir não acreditar, porque isso, eles já não consegue. Fazê-los sentir que com os impostos que pagam do seu rendimento de trabalho têm um objectivo fundamental, que é dar resposta à necessidade de uma excelente escola, de uma dinâmica de sistema de saúde, o eficiente sistema de segurança que permita que o cidadão circule em vida descontraído sem medo que no vira da esquina seja assaltado.

Em tempos difíceis, não será fechar o país que se crescerá. Não será mitigar serviços fundamentais que se motivará as populações a pagar os seus impostos, as imensas taxas dos mais diversos serviços, sem retorno. As populações tentarão fugir daquilo que não lhes dá nada, atendemos a este estado de coisas, repensemos toda esta situação e chegaremos à conclusão se continuarmos a tirar os serviços fundamentais às populações haveremos de criar uma situação insustentável para o

país, para a cidade tentará asfixiar ainda mais, desertificando as periferias e transformando-as nuns autênticos guetos sem qualquer qualidade de vida, onde haveremos de ver o dia um velho com um cigarro num canto de um lábio a olhar distante e interrogativo procurando as crianças que já não existem ali.

Veremos ainda talvez um cão e um monte de feno empurrado pelo vento rolando pela rua.

É a imagem de alguns lugares da nossa terra do nosso país.

Poderemos proporcionar ainda um dia destes. E o que poderemos vir a ver nos lugares periféricos das nossas cidades daqui a alguns anos.

È necessário pensar, imaginar outro paradigma, este o presente claramente não nos serve, porque estamos a deixar de cuidar do demais sagrado em democracia que é, tão-somente a dignificação da pessoa. É necessário e importante divertir um pouco a tentativa de asfixiar a cidade com tudo o que é serviços.

É necessário entender e investir em postos de empregabilidade nas periferias procurando assim afixar mais gente procura também alargar uma rede de transportes públicos homogénea que serviam de igual modo as populações, tratando-os como cidadãos iguais nos direitos no desenvolvimento harmonioso.

Precisamos de pensar, para pensar no caminho que temos seguido, olhar fundamentalmente à nossa volta e verificar nas instituições sociais que se vão verificando à custa de nada.

Tentamos pensar e à nossa escala, melhorar este paradigma. Vencer esta tentativa de desumanização que se verifica, voltar fazer acreditar que o melhor do nosso planeta somos nós, seres humanos.”

**Intervenção do deputado municipal Torres Farinha ("Pina Prata, Agora Sim"):**

“Queremos aqui trazer, antes da ordem do dia, três situações da nossa Cidade que devem merecer a atenção de todos:

1-A primeira é o caso do Pavilhão da Portugal Telecom que, com o seu encerramento põe em risco a prática da modalidade para 150 atletas.

-Urge solucionar este problema porque, para além do prejuízo imediato para os atletas que regularmente praticavam basquetebol naquele pavilhão, como todos sabemos, esta infra-estrutura tinha uma utilização polivalente ao serviço da Cidade, a avaliar pelos diversos eventos que ali se realizavam.

2-O segundo caso refere-se ao aumento desmesurado das taxas de ocupação do Mercado D. Pedro V. Ajudamos a denunciar a situação e constatamos a postura favorável da Edilidade na resolução do problema. Esperamos que, de facto, se elimine definitivamente esta questão.

-Para além disso, urge dinamizar este espaço porque, a acrescentar à importância que têm para o sustento de muitas famílias que dele dependem, este espaço devia ser um espaço nobre para a aquisição de produtos naturais da Região.

-Sabemos que as grandes superfícies aniquilam o pequeno comércio. Neste caso, para além deste aspecto, se não protegemos e dinamizarmos aquele espaço, estaremos a contribuir para a extinção não só do Mercado mas também dos pequenos produtores e a empobrecer ainda mais a Região.

-Ainda nesta perspectiva, quero aqui deixar uma nota referente à compatibilização do calendário da Festa da Rosa com o funcionamento do Mercado porque, se isto não for feito, poderá trazer graves prejuízos a este no próximo dia 10.07.10.

3. Finalmente, uma nota particularmente positiva para a iniciativa de dinamização cultural promovida pelos comerciantes da Baixa, designada por “Noite Branca”. Foi uma demonstração de que com iniciativas criativas se pode alterar a postura do consumidor. Aqui foi uma forma de chamar a sua atenção para o que a Cidade tem de genuíno e que quer, não apenas preservar, mas sim revitalizar.

-Oxalá seja este o espírito empreendedor que se instale em cada um de nós em geral, e da Autarquia em particular.”

**Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara:**

“A minha intervenção vem no sentido, das pessoas de Santa Clara para irem ao Fórum, queixavam-se que não conseguiam porque estava tudo esburacado. Agora, com a ajuda da Câmara já se encontra alcatroado, hoje já se pode circular até ao Fórum; compreendo que ainda não há iluminação, mas quando se fizer a urbanização prevista para o local, as infra-estruturas irão ser feitas, e toda a zona ficará mais completa.

Outra situação que eu queria expôr aqui, tanto à Assembleia como ao Senhor vice-Presidente, é sobre as taxas. Antigamente as juntas estavam isentas de qualquer taxa para qualquer evento; agora com a nova tabela de taxas as juntas já não estão isentas e tem de pagar taxa para qualquer evento que se faça, seja ele patrocinado ou não.

Acho uma vergonha! Eu poderia poupar esse dinheiro, agora vou ter de pedir um favor a uma associação da freguesia de St<sup>a</sup> Clara para esta pedir uma licença especial em nome da junta de freguesia para eu ficar isento. Em vez de ser ao contrário as associações e comissões irem às juntas, tem de ser a junta a pedir esse favor se não lá vai o dinheirito que se poderia poupar.

Queria pedir desculpa aos meus colegas que se abstiveram, sobre a tabela de taxas porque eu confiei nos meus líderes e votei a favor, mas desta vez os meus líderes deixaram-me ficar para trás.

Outro assunto muito importante para a freguesia, é o facto do IC2 já estar feita. Se bem que, preocupa-me porque a freguesia de St<sup>a</sup> Clara vai ficar cortada por causa das vias de acesso que estão a fazer ao IC2, com muita confusão e estão a atropelar toda agente.

A empresa comercial “Pipo”, tem a IC2 e a N-1 a passar à sua volta e quem quer ir à referida empresa tem de ir a Antanol e voltar para trás.

Os proprietários da empresa, queixam-se que os clientes não vão à sua loja por não terem acessos, em condições.

Já com a empresa Mitsubishi, essa tem uma situação diferente tem duas entradas com bons acessos, para a IC2

Não compreendo e pedia ajuda à Câmara de Coimbra, mais uma vez peço porque não tenho tido essa ajuda para resolver estes casos locais que muitos, porque já não sei a quem me hei-de me dirigir por causa das Estradas de Portugal. Se me dirijo às Estrada de Portugal respondem-me que não têm competência para isso, tem de cumprir o projecto; se me dirijo à Câmara de Coimbra não sei a quem, estão sempre à espera de uma reunião. Ando aqui de um lado para o outro e ninguém resolve nada, estou a perder demasiado tempo, estou a ficar esgotado com estas situações, e não tenho capacidade e competência.

Mais uma vez peço ajuda à Câmara para se tentar resolver estas situações, com as Estradas de Portugal que estão a atropelar muita gente e será a Câmara a entidade competente para dialogar estas situações e não a junta de freguesia.

Também como disse o meu colega da Junta de Castelo Viegas, a freguesia de St<sup>a</sup> Clara realizou um encontro de “marchas populares”, onde estiveram milhares de pessoas.

Não esteve presente nenhuma entidade, nem nenhum jornal, mas as coisas vão se fazendo e o que interessa é estar o povo que nos elegeu e as coisas vão correndo bem.”

**Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):**

“Metro Mondego: parar é morrer!

Consultando a página web da empresa Metro Mondego, verificamos que está disponível informação, cremos que actualizada, relativa ao calendário de execução desta obra. Está prevista a adjudicação de alguns trabalhos em Julho de 2010, portanto, no próximo mês, e doutros em Agosto e Setembro seguintes. Está também previsto o lançamento de concursos nos meses deste Verão: Julho, Agosto e Setembro.

O Sistema de Mobilidade do Mondego é um projecto, já com vários anos, que, sendo de mobilidade na origem, é também um projecto de requalificação de espaços, de revitalização de zonas rurais e urbanas que têm Coimbra como centro, enfim, um projecto para uma melhoria da vida quotidiana de mais de uma centena de milhar de cidadãos, que aqui residem e/ou trabalham.

Ultimamente, temos lido e ouvido algumas más notícias sobre este projecto. Umas confirmadas outras desmentidas. Insuportavelmente, permanecem as dúvidas e arrasta-se o tempo útil para esclarecê-las.

O Metro Mondego finalmente avançou. Bastante tarde, mas avançou. Mostrou-se, virtualmente, à cidade. Recebeu aplausos. Mas também críticas e fortes objecções, de entre as quais destaco a supressão da circulação de comboios em todo o ramal da Lousã e a sua substituição por meios rodoviários. Com grande prejuízo para as populações. Restava-lhes, contudo, a esperança de que, decorrido o tempo prometido, lhes trariam, de volta, a ferrovia melhorada e com material circulante mais seguro e mais cómodo.

Aos senhores do Governo e a quem os apoia e sustenta na definição e aplicação deste famigerado PEC, perguntamos:

O que pensam fazer, de verdade, com as obras do Metro Mondego?

Estarão, por exemplo, dispostos a parar com a péssima ideia do viaduto do IC2 sobre o Choupal e a explorar as alternativas mais saudáveis e baratas para o trânsito naquela zona, libertando, assim, recursos financeiros elevados para o Metro?

Estarão dispostos a manter e a aplicar, sem subterfúgios, o calendário de execução deste projecto?

É preciso que se saiba que as pessoas que vivem e trabalham nesta terra não estão nada dispostas a pagar as aventuras e os devaneios financeiros dos senhores banqueiros e afins, alguns deles conhecidos conimbricenses, que contribuíram para gerar e aprofundar a crise em que vivemos e cuja factura nos querem apresentar.

O Metro Mondego não pode parar!

Apresento aqui uma Moção sobre o PEC:

### MOÇÃO

As restrições orçamentais que, em nome do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), foram impostas às autarquias privarão, este ano, o Município de Coimbra de transferências do Orçamento Geral de Estado na ordem dos 740 mil euros (3,79%). São verbas que deveriam ser provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da comparticipação no IRS cobrado no nosso concelho.

Pela mesma razão, a nível distrital as transferências do OGE para as autarquias serão reduzidas em mais de 5 milhões e meio de euros e, a nível nacional em cerca de 100 milhões de euros. Além disso, em todo o país, serão onerados os encargos das autarquias em 34 milhões de euros, como resultado do anunciado aumento do IVA.

Estas penalizações orçamentais colocam a necessidade de alterações ao orçamento aprovado e de eventuais cortes em rubricas, de modo a acomodar as disponibilidades financeiras aos projectos de intervenção. Saem assim prejudicados, sobretudo, os municípios mais fracos, privados de verbas essenciais ao investimento público de proximidade e mais gerador de emprego.

Num contexto de crise económica e financeira, podem estar em causa políticas de proximidade e justiça social que tornam mais racional o investimento público, numa lógica territorializada.

Enquanto isto, a bancos com lucros fabulosos continuam a ser aplicadas baixas taxas de IRC, as aplicações financeiras em off-shores continuam isentas de impostos e continuam a ser pagos ordenados e prémios obscenos a gestores e administradores.

Nestas circunstâncias e na defesa dos interesses dos seus munícipes, a Assembleia Municipal de Coimbra repudia os cortes nas transferências do Orçamento Geral de Estado de 2010 para o concelho, em resultado do PEC.”

### **Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz:**

“Venho aqui a esta sala, apresentar alguns problemas que em devido tempo foram apresentados à Câmara Municipal de Coimbra e ao longo de meses não obtivemos resposta a ofícios enviados, não obtivemos resposta a telefonemas feitos e também não obtivemos resposta a conversas pessoais, isto é, resultados que foram zero.

Vou começar por dois parques infantis da freguesia de St<sup>a</sup> Cruz.

Um deles na Rua de Aveiro, um parque relativamente pequeno mas bastante interessante, que ao longo dos anos pouca manutenção se fez ao mesmo. Há cerca de um ano, um escorrega não muito recente, uma das partes laterais onde as crianças deslizavam as mãos estava todo falhado, aliás 2 ou 3 crianças magoaram-se espetando falhas de madeira. A Câmara, mais que uma vez, foi alertada para o facto em ofícios, os quais e foram ignorados; no último que mandamos cópias dos anteriores e inclusivamente lembramos a Câmara Municipal de que, a ASAE, entidade fiscalizadora de parques infantis tinha sido alertada para ir fazer uma fiscalização ao mesmo. Isto é, a Câmara além de se sujeitar a alguma coima não ficaria bem na fotografia.

Independentemente, daquela zona ser bastante habitacional é um bom parque infantil contrariamente a alguns espalhados pela Cidade e onde, é frequentado por milhares de crianças. Acontece que, após o último ofício onde alertámos a Câmara que a ASAE estava para intervir, como é que a Câmara resolveu a situação? Não disseram nada à Junta de Freguesia, pura e simplesmente ignorou, chegaram, arrancaram todo o equipamento deixaram só o chão! Isto já se passa alguns meses. Quem dá a cara? Quem ouve as críticas? Quem leva os puxões de orelhas? Normalmente é o Presidente de Junta!

A Junta de Freguesia nos seus placares informativo e de publicidade espalhados pela freguesia afixámos o motivo dessa situação.

Curiosamente também num infantário de ensino público, situado na Pedrulha, existia um parque infantil que desde que foi feito há cerca de 7 anos, nunca levou qualquer tipo de manutenção. Várias queixas de Associações de pais e de professores chamaram a atenção para esse facto. Uma vez mais a Câmara pura e simplesmente não interveio. Ou seja, a intervenção que fez foi levar o equipamento. Isto torna-se aborrecido as pessoas lutarem por coisas que não têm, mas o mais aborrecido é terem e deixarem de ter um espaço de lazer para as crianças da freguesia.

Estes dois parques estão bem situados, onde as crianças passam um pouco do seu tempo.

Alerto a Câmara Municipal para repôr o equipamento, além de mais, outros que existem espalhados pela Cidade que se faça uma manutenção periódica, porque por vezes, vasta apertar um parafuso colocar uma tábua fazer uma pintura para manter o equipamento, penso que é importante preservar as coisas não é só instalar os parques e depois aquilo acaba por cair de podre.

Outras situações que vou expôr encaixam quase todas no mesmo pelouro.

Temos em algumas zonas da freguesia de St<sup>a</sup> Cruz, temos alertado para situações onde há caldeiras no chão, onde já existiram árvores à uns anos atrás, noutras estão árvores raquílicas, outras com o vandalismo, outras alguma intempérie deitou as árvores abaixo e deixaram uns toucos espetados no meio, e várias vezes alertamos para esse facto, e pura e simplesmente as árvores não são repostas. Dá um aspecto desagradável, quando se fala muitas vezes para se plantar uma árvore e se tratar de um espaço verde, a verdade é dentro da cidade, dentro da freguesia de St<sup>a</sup> Cruz existem muitos espaços que já existiram árvores e agora não têm.

Aproveito agora, que o Horto Municipal através da Câmara Municipal não estiver interessado em fazer a implantação das árvores que nos digam, orientando-nos tecnicamente qual é o tipo de árvores que deve ser lá plantada que nós, através da Junta de Freguesia, teremos todo o gosto em fazer a plantação das mesmas.

Um pormenor relacionado com o horto municipal, entrada principal do horto tem umas letras que dizia Horto Municipal; e há uma série delas que estão caídas; era preferível arrancarem o resto dar uma pintura no muro e colocar novamente o nome em condições. Passam ali milhares de pessoas e já me chamaram a atenção, por vezes, fazem juízos de valores que não fica bem à Câmara Municipal de Coimbra.

Outra situação é um bairro existente na Conchada, onde há uns anos atrás, existia um velho Casarão. Aquele bairro municipal tem uma área envolvente, concerteza a ideia era fazer um jardim, mas aquilo ali de jardim não tem nada, normalmente

crecem lá um caniços umas silvas aquilo está de tal modo degradado que as pessoas que moram lá sentem-se revoltadas. Também penso que, os espaços verdes se existem devem ser tratados. Caso contrário é fazer como alguns anos atrás em que o Eng.º Nuno Abecassis disse, “se quiserem espaços verdes pintem os prédios de verde”

Mas, ali, realmente quando fizeram aquele jardim nem sequer puseram pontos de água, portanto, aquilo é um autêntico matagal. Pedia à Câmara Municipal de Coimbra para ter um pouco mais de atenção em relação aquele bairro porque realmente aquilo está muito, muito esquecido.

Outra situação é a limpeza da Cidade de Coimbra, mas refiro-me à freguesia de Stª Cruz.

Eu gostava de dar um conselho à pessoa responsável pela limpeza da cidade. Que visitassem algumas cidade e vilas não muito longe de Coimbra, bastava, por exemplo irem a Cantanhede, ver os espaços verdes a limpeza da cidade, que é um encanto.

À Junta de Freguesia não compete fazer a limpeza das ruas, pelo menos na parte urbana, nós devemos através do protocolo que temos com a Câmara é fazer a limpeza de valetas e bermas de ruas. Há situações na freguesia de Stª Cruz, tais como a zona da Conchada, Pedrulha e Coselhas, que eu poderia contar pelos dedos das mãos ou, então, desde que eu sou Presidente da Junta de Freguesia de Stª Cruz vai fazer 9 anos, que as ruas nestas localidades foram varridas. Isto é, o pedido tem que ser com muita antecedência. Em Coselhas tenho uma situação curiosa a zona urbana mais populacional de Coselhas não é varrida a parte atrás da Fucoli costuma andar uma varredora de ERSUC a limpar bermas onde não passa ninguém.

Gostaria que a Câmara Municipal alertasse a Empresa Lusitânia Gás porque infelizmente as ruas da Cidade de Coimbra fundamentalmente muitas delas em Stª Cruz estão completamente retalhadas. Não sei se essa empresa dá os trabalhos a fazer a empreiteiros, mas depois cada um acaba o trabalho e ficam ali os buracos durante um mês que, por vezes, tem de ser a Câmara e a Junta a alertar para que seja feito o tapamento dos buracos.

Penso que são chamadas de atenção, espero que a Câmara tome isso em consideração, concerteza poderemos viver melhor em Coimbra.”

**Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):**

"Venho aqui apoiar a moção, e as ideias apresentadas pelo camarada e colega de bancada do PS pelo Ferreira da Silva e dizer que basicamente estou de acordo com aquilo que nos foi dito aqui pelo Dr. Maló de Abreu. Lamento que, nem sempre tenha sido assim, mas tarde é o que nunca chega e como se há-de dizer que ainda vamos muito a tempo assim nos saibamos unir e lutar por Coimbra, isso é de facto muito importante.

Em relação ao Metro Mondego, sempre procurei defender o sistema do Metro Mondego, sempre fui um entusiasmado e adepto do metropolitano de superfície.

Escrevi artigos para jornais, publiquei notas informativas sobre o assunto, fiz algumas intervenções na Assembleia Municipal e organizei até alguns passeios ao Porto para a população ver como funcionava.

Insurgi-me contra aqueles que não acreditavam, contra os que remavam em sentido contrário. Parecia que a minha freguesia, a minha cidade, a minha região ia finalmente ter um verdadeiro projecto de desenvolvimento local, um equipamento de transporte adequado, moderno e eficiente, facilitador, que entrava pela cidade e levava os passageiros aos pontos mais importantes. A Baixa, a Universidade, os Hospitais a Ligação à Linha do Norte eram pontos fundamentais e que este sistema vinha dar essa possibilidade das pessoas fazerem de uma viagem única esse transporte digamos de casa até aos seus locais de trabalho. Tudo perfeito parecia.

Foram lançados os primeiros concurso, iniciaram-se as primeiras obras, levantaram os carris e as solipas do velho ramal da Lousã, tudo parecia irreversível. No entanto, continuavam-se a ouvir vozes de desconfiança, continuava-se a sentir que a cidade, o concelho e a região estavam divididos, não falavam a uma só voz.

Falavam contra o Metro como com quem fala de si próprio, com quem dá um tiro no próprio pé e o resultado aí está!

Sobre a forma de boato, no diz que disseram, as obras do Metro podem, de facto, parar.

Aqueles que viram os seus terrenos invadidos, os projectos que foram interrompidos, ou foram colocados em causa em nome de uma obra de interesse nacional.

Os terrenos removidos e as paisagens desconfiguradas, as expectativas goradas como vão ficar agora? Expropriados e abandonados?

Sem esperança num futuro melhor, sem interlocutores, sem ninguém que os defenda, prisioneiros de um sistema que se pode arrastar por algumas gerações. Vejamos o que aconteceu ao projecto do ramal da Lousã, há 100 anos entre Serpins e Arganil, o canal continua lá, mas nunca serviu para nada.

Não podia agora calar-me! Meus amigos de que lado estamos todos nós afinal!

Conimbricense, Lousanenses, Mirandeses todos os habitantes da região de Coimbra, não levantamos a nossa voz para dizer basta, para defendermos o desenvolvimento da nossa região? Parece, às vezes, quanto pior, melhor!

Parece-nos que nos alegramos com as derrotas dos outros.

Levanta-te Coimbra, luta, defende os teus direitos.”

**Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):**

“Não estava para intervir, mas com a intervenção que o meu amigo deputado Maló de Abreu fez, não podia deixar de vir aqui a este púlpito.

Maló de Abreu disse, nós de Coimbra, não aceitamos ser humilhados.

Caro deputado e amigo, concordo plenamente consigo! Mas, não concordo com o que apresentou sobre as portagens.

Falou de portagens para Coimbra-Pombal, Coimbra-Figueira da Foz, Coimbra-Aveiro. Efectivamente diz que não há alternativas, na minha opinião há alternativas, demora-se mais tempo mas temos alternativas. A antiga N-1, a estrada N-111, a N-1 e a estrada Figueira da Foz-Aveiro.

Gostava que dissesse porque é que não se ajoelhava sobre o Poder Central.

Então essa sua posição que hoje está a tomar, porque nós já pagamos estas portagens desde que estas vias de comunicação foram abertas ao tráfego e como o senhor deputado nunca reivindicou nada sobre este assunto o porquê de só agora?

O seu líder até concorda com o pagamento das portagens.

Eu tenho um princípio de utilizador pagador, quem utiliza tem de pagar!

Se eu quiser andar mais depressa utilizo as auto-estradas, tenho de pagar. As pessoas se quiserem andar mais depressa para chegar aos seus destinos têm de pagar.

Assim como, o poluidor quem polui tem de pagar.

Por isso, não concordo consigo Sr. Deputado nem com a moção que apresentou, porque acho que nela existe uma grande dose de hipocrisia.

Relativamente à estrada nº 111 queria-lhe dizer o seguinte:

Quem é que alterou a marcha de velocidade naquela via, a antiga JAE hoje Estrada de Portugal, e que posição tomaram as Câmaras Municipais, Coimbra, Montemor, Figueira da Foz que nos últimos anos tem sido governadas por quem? Pelo PSD! Que eu saiba nunca vi efectivamente nenhuma destas Câmaras e muito bem, na minha opinião, a reivindicar a diminuição da velocidade naquela via.

Foram criados rotundas e semáforos é certo que as pessoas vão de Coimbra para a Figueira pela N-111 as pessoas demoram mais tempo, as pessoas têm alternativa se quisermos ir mais depressa, teremos de pagar....

Relativamente a outro assunto, queria dar os parabéns ao Presidente da Junta de Santa Cruz ao Pinto dos Santos, teve uma atitude corajosa, e quando fala no retalhamento das ruas eu aplaudo.

Aplaudo, porque na minha freguesia existe o mesmo, nós tivemos uma estrada que tem muito tráfego e continua a ser uma alternativa à via rápida Bencanta-Taveiro, que é a estrada Bencanta-Taveiro, que foi em tempos, tapetada, tinha um bom tapete, hoje está totalmente retalhada.

Espero que o Senhor Presidente da Câmara tenha alguma atenção na aplicação dos tapetes, ou seja, na rubrica dos tapetes betuminosos que foi aprovada nesta Câmaras que olhe também para a freguesia de S. Martinho.”

**O Presidente da Assembleia** disse que, também era subscritor da proposta, do deputado Maló de Abreu, a ideia é não pagar se os mais ricos não pagarem. O que não está correcto é uns pagarem e os outros não. A ideia é todos pagarem, está claro, pagar todos.

**Intervenção do deputado municipal André Dias Pereira (PS):**

“Uma palavra sobre o problema das escolas. Já aqui foi dito quantos as escolas públicas melhoraram nos últimos 5 anos, não é isso que nos trás aqui.

O que nos trás aqui, é que depois de uma audição com os Presidentes de Junta do PS, chegámos à conclusão que há algumas crianças que vivendo em freguesias rurais no concelho de Coimbra, poderiam ficar melhor nas suas freguesias rurais se, para isso, houvesse um apoio no horário das 8h às 9h da manhã e depois das 17h da tarde. Isto é, não é preciso fechar algumas das escolas que poderiam estar em risco de fechar nos termos da lei, é preciso é que as comunidades se organizem com o apoio da Câmara Municipal e que haja tempo de apoio, uma recepção das 8 às 9h e ATL das 17h da tarde em diante porque os pais estão a trabalhar e assim não é preciso fechar escolas em Setembro, é esse o caminho.

Queria pedir a palavra, para realmente focar aquilo que é importante. Coimbra tem de se revoltar, todas as questões que foram trazidas são legítimas e todas importantes, mas peço aos colegas de ouvirem as palavras do deputado Ferreira da Silva. Nós, estamos à beira do abismo por um despacho burocrático insensível,

cego, por parte de alguns membro do Governo. Nós não podemos estar calados perante isto! È o momento da revolta, e uma revolta verdadeiramente pela positiva, não é para dizer o habitual não, não a isto, não àquilo.

É porque nós queremos o sim, sim ao metro, ao eléctrico chamem o que quiseram, mas, uma Cidade com metro é completamente diferente de que uma cidade sem metro.

E está agora já fora a questão mais do que o metro, mas sim a própria dignidade de Coimbra.

Portanto, saúdo a excelente ideia do camarada Ferreira da Silva, de trazer este nome a Questão Coimbrã.

Estou certo que será o título dos jornais, e se tivéssemos um jornalismo verdadeiramente nacional, seria uma notícia para ter alguma relevância.

O que quero dizer é o seguinte:

Recolocar esta questão no debate, desta tarde, com toda a unidade como disse o deputado Maló de Abreu.

Isto é, uma questão do povo de Coimbra, e por isso é o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que vai encabeçar isto. Ele é que tem a legitimidade para encabeçar esta comissão e onde todos os partidos estarão representados como foi bem explicado.

Aquilo que se quer é falar com o Senhor Primeiro-Ministro, e não é menos do que isso, e não há menos do que aquilo que o Presidente da Metro propôs que é dar o nosso pequeno contributo para o PEC, todos temos que dar um pequeno contributo, nos termos que ele explicará ao Primeiro Ministro

Portanto, temos por unanimidade todos unidos, os canais oficiais e não só. Como sabemos o PEC está a ser discutido à doc. entre a direcção do PSD e pelo o governo sustentado pelo PS.

Portanto, há aqui um apelo também aos responsáveis do PSD, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara e o Sr. deputados que sejam convocados com urgência, já hoje, para se pronunciarem sobre esta questão e falar a direcção nacional do PSD, tal como ao nível do PS todos os agentes de Coimbra e os que são solidários connosco estão a fazer junto dos membros do Governo pertinentes, para que haja o mínimo de bom senso e o mínimo de bom senso é isto:

O PEC não suspende nenhum projecto nacional, pode criar pequenos atrasos, ora, aquilo que um despacho burocrático insensível se prepara para fazer é efectivamente suspender o Metro de Coimbra.

Portanto, ficará na nossa histórica como, a única cidade, a única obra suspensa pela crise financeira de 2008/2010.

Dirão esses burocráticos que as empreitadas não estão lançadas. Isto é uma empreitada com 11 capítulos só interessam fazer com os 11 capítulos, os dois que estão a ser feitos é dinheiro, digamos deitado fora senão se fizeram os outros 9 capítulos. Tecnicamente, do ponto de vista de engenharia e até do ponto de vista técnico ou jurídico, podemos dizer o que, suspender o que quer que seja, é suspender uma obra e portanto, Coimbra ficará famosa também por ser a única que deixou que se suspendessem uma obra.

A questão é está, todos estão a pagar um pouco pelo PEC, quer nos impostos, quer pela falta ou atraso numa outra obra mas, nenhuma outra obra prevista está

cancelada, ou está suspensa, esta é o que está em cima da mesa nos próximos dias, prepara-se para ser a única situação.

Portanto, enquanto deputado de Coimbra, o Ferreira da Silva teve esta excelente ideia, esta é a verdadeira Questão Coimbrã, no fundo permita-me o Dr. Maló de Abreu há aqui uma pequena diferença, estando de acordo com a ideia e é já um consenso que se gera na sociedade portuguesa, ainda hoje Vital Moreira vem escrever isso no Público, de que, a prazo, muito, muito breve tudo será pago.

Portanto, compreendo a sua moção no sentido se os outros não pagam, nós também não pagamos.

Agora, isto é diferente, estamos aqui a falar de energias renováveis, de electricidade que pode ter por fontes as energias do séc.XXI, não estamos aqui a falar da libertação do petróleo, da libertação do défice da dívida externa, estamos a falar de despoluir do ponto de vista urbanístico e ecológico na cidade e portanto isto é diferente das SCUT'S. Se nós falamos a direcção nacional que isto é mais ou menos que as SCUT'S, no PSD então isto está perdido, então mata, isso é evidente o discurso da direcção nacional do PSD, é de cortar para consolidar, ter as contas públicas em ordem, então mata-se já este, não pode ser, isto é completamente diferente das SCUT'S. Nós temos de comparar isto é com outros projectos das barragens, da energia eólica e outras que estão em curso e que o Governo não suspende, esta enquadra-se nesse capítulo. É um projecto portanto ecológico, verde e que Coimbra tem de se revoltar.

Portanto, com todo o respeito pelas questões importantes que todos os deputados aqui trouxeram, mas vamos ler com muito atenção a moção do Ferreira da Silva, e vamos aprovar por unanimidade, e fazer um esforço junto dos nossos partidos por meios formais e informais, um grande apelo ao Senhor Professor Lopes Porto, Presidente da Assembleia Municipal, quem cabeça esta comissão, mas espero que seja ainda hoje, para se falar com o Primeiro-Ministro porque a questão está por minuto. Peço o vosso voto positivo a esta ideia.”

**Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):**

"Em primeiro lugar queria pedir desculpa pelo meu atraso no início dos trabalhos, estive que estar presente juntamente com o Senhor Presidente da Câmara num outro evento que já estava agendado, peço desculpa não gosto de chegar atrasada às minhas tarefas.

Gostava de propor, não sei se isto será possível, no planeamento de actividades futuras mas seria muito bom, positivo, julgo eu, se conseguíssemos no próximo ano tentar agendar aquilo que são as Assembleias ordinárias, para termos uma ideia das nossas responsabilidades, no meio de tantas. Sei que o Senhor Presidente da Assembleia tem muitas responsabilidades, mas, todos nós vamos tendo e se tivéssemos alguma calendarização seria melhor para todos, no ponto de vista mais prático, e da possibilidade de estarmos todos presentes e capazes.

Resolvi intervir apenas por esta razão, que foi designada Questão Coimbrã.

De facto esta questão é extremamente grave, não apenas para Coimbra.

Ela encerra em si, infelizmente, aquilo que pode ser o pior da política. Que é de facto fazer opções insensatas nos piores momentos, e de facto por em causa aquilo que são as expectativas mais profundas de desenvolvimento de uma região tão importante como é a Região Centro do País.

Isto não é apenas um problema de Coimbra.

Fazer construir, ter a oportunidade de construir este metropolitano de superfície, era também dar uma lição de ordenamento do território, de ordenamento do espaço urbano.

Era termos conseguido como aconteceu na última década, idealizar uma estação de caminho-de-ferro, que Coimbra há muitos anos merece e sem a qual não é possível falar internacionalização da Universidade, por exemplo.

Não há nada, que se possa fazer de positivo em Coimbra, que seja possível ver, enquanto aquele muro decrépito da nossa estação persistir.

Ninguém conseguirá ver para além daquilo, ninguém. Coimbra pode trazer muita inovação, pode construir coisas muito positivas, mas, enquanto estiver ali aquela estação, Coimbra continuará a ser parte da história e parte do passado no contexto nacional.

Portanto, Coimbra tinha na última década, muito bem, a sua Câmara Municipal e a sua Assembleia Municipal e todas as pessoas que colaboraram neste processo, tinha conseguido planear passo a passo, uns dirão melhor outros pior, mas de facto é que tinha idealizado um conjunto de projectos que de forma concertada articulavam a estação com uma plataforma logística que servia outros interesses: a Requalificação da Baixa de Coimbra e idealizava também uma forma de, transporte que articulava inclusivamente concelhos limítrofes de Coimbra. Fazíamos aquilo que, é importante realmente fazer, e que a modernidade exige, reivíndica cada vez mais. É de facto ter a capacidade de planear a longo prazo, toda a mobilidade e compatibilizar a mobilidade urbana com o desenvolvimento sustentável das populações urbanas e limítrofes.

Eu tinha um imenso orgulho neste projecto de Coimbra, devo dizer. Era dos projectos que mais me orgulhava, que de facto Coimbra tinha conseguido, apesar dessa periferia, apesar da dificuldade que, é verdade que, temos tido em ter força política junto da Administração Central, apesar de tudo isso, apesar do Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, apesar dessa cegueira também em relação aos Transportes Municipalizados de Coimbra, apesar de tudo isso, conseguimos estruturar um projecto completamente diferente de tudo aquilo que existe em Portugal.

Portanto, não é possível, não podemos deixar que este projecto acabe numa fase tão crucial quanto aquela em que estamos neste momento.

Portanto, tudo aquilo que está na agenda de trabalho é de facto importante, mas nós temos que ter prioridades, e esta é, a prioridade desta Assembleia Municipal do meu ponto de vista.

Coimbra e todos os concelhos a nós associados não podem deixar cair este projecto, deixar cair este projecto é deixar cair uma década de planeamento urbano e a próxima década de planeamento urbano. Tudo estava assente neste projecto estratégico, é perdermos de facto a oportunidade da Estação e da sua Plataforma Logística, é perdermos essa nova centralidade que nós íamos ganhar efectivamente com este projecto, é perdermos um projecto de requalificação urbana que é vital para a própria Universidade de Coimbra e para que ela finalmente tenha o tal estatuto internacional que nós exigimos.

Portanto, eu não sei francamente se a melhor solução é mais uma como algumas pessoas me diziam, mais uma comissão que vai emanar de uma Assembleia

Municipal e que, eventualmente por ventura não tem eficácia, não sei, não faço ideia se é eficaz ou não é!

Também não tenho a força política que eventualmente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e outras pessoas que têm nos seus partidos alguma capacidade de intervenção junto do poder Central. Mas, não tenho dúvidas que temos que ser neste momento particularmente criativos e particularmente unidos, porque isto sim, é uma bandeira que podemos erguer em conjunto, é absolutamente essencial estamos na fase da adjudicação de projectos que se forem adjudicados agora, neste próximo mês, não é possível depois voltar atrás.

Mostraram-me, ali o jornal público a segunda fase do metropolitano no Porto, que nem sequer está construído, nem sequer, mas já está o Porto a fazer um lóbi a pedir um milhão e duzentos mil para a segunda fase do Metro, uma fase que nem sequer está equacionada do ponto de vista técnico.

Portanto, não é possível, condenarem o projecto de Coimbra, da Lousã, de Serpins de um conjunto de concelhos, que conseguem ter aqui um elemento que de facto é absolutamente estratégico e é futuro, o futuro é isto, e não pode passar ao lado de Coimbra.

Sei que, todos partilhamos nesta angústia, e desta vontade de ver este projecto concretizado, não sei qual é a melhor forma, estou disponível para entrar na primeira camioneta que me abrirem para me dirigir com todos onde quer que seja, para que este projecto seja de facto o projecto essencial, porque é este projecto que vai além do mais, construir a Área Metropolitana do Centro do País. Porque Coimbra não tem condições, para ser mais uma região poli cêntrica, é a partir daqui, isto é génesis da modernidade que Coimbra tem agora capacidade para construir.

Queria manifestar a minha total disponibilidade, à medida das minhas limitações, mas estou totalmente disponível para integrar qualquer fórmula, qualquer processo que o Senhor Presidente da Câmara entenda ser eficaz para não deixarmos cair um projecto que é, do meu ponto de vista, absolutamente essencial para o futuro desta cidade, e das outras cidades que estão connosco nesta mesma construção do futuro.”

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia:**

"Queria só falar em dois pontos que foram disputado pelo deputado André Dias Pereira.

Coimbra será mais um caso único do país, em que a obra é cancelada, as outras são atrasadas, também sou contra, é um caso único específico, Coimbra é de cancelar, os outros é para adiar.

Para juntar números, fiz as contas rapidamente sobre o Metro de Lisboa, muito simples, são 23Km que custaria 29 milhões de euros, fazendo as contas ao Metro de Coimbra, juntando a parte suburbana e urbana, não tenho culpa que haja uma parte mais barata, verifica-se que o custo do Metro de Coimbra custa 18 vezes menos do que o de Lisboa. Portanto em que país nós estamos?

Não se admite algo que é para Coimbra que custa menos 18 vezes por Km.

Nem falo no TGV para Coimbra em que essa obra do Metro, custa tanto como duzentos e quarenta e dois Kilometros de TGV. Uma obra que liga o País e depois

à Galiza, temos que ver a diferença, cada linha do Metro de Lisboa custa 10Km do comboio da Alta Velocidade que aproxima o País  
É este o País que temos que é uma vergonha, é revoltante.”

**Intervenção do Presidente da Junta do Botão:**

“Há pouco na intervenção da deputada Margarida Fonseca, foram citadas escolas da minha freguesia de que íam fechar. Eu fiquei perplexo, porque não é essa a informação que tenho, não é assim numa intervenção porque isto, passa para a comunicação social e as pessoas lêem os jornais, e se lêem os jornais vão acreditar que as escolas da freguesia vão fechar. Eu como Presidente de Junta não tenho essa informação.

Portanto, o que eu sei é que há duas escolas que estão em dificuldades, mas não são as da freguesia, é preciso que se chamem as coisas pelos nomes e se separe para não haver confusões.

O conhecimento que tenho é que há duas escolas, a do Botão e a do Paço, que possivelmente vão ser reformuladas, mas também tenho a informação de que as crianças não saem da freguesia.

Portanto, eu aceito, mas não concordo, se calhar tenho que aceitar que a escola do Botão tem 12 alunos que possam ser transferidos para a escola o Paço ou para a escola da Larça. É esta a informação que tenho, agora não fecham as escolas da freguesia.

Neste momento, entraram em diálogo que foi fora da gravação.

A terminar a sua intervenção o Presidente da Junta do Botão disse o seguinte:

Só queria chamar a atenção sobre ponto para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Tenho vindo a manter alguma aproximação com o Senhor vereador Paulo Leitão por causa da situação da praia fluvial e do acesso à mesma, que na entrada do Botão quem vem de Penacova, continuamos com aquela entrada estrangulada. Penso que a Câmara tem de pôr ordem nisto, são coisas inaceitáveis.

Há cerca de 10 anos, que andamos a batalhar nisto, só queria pedir ao senhor Presidente da Câmara que olhe um pouco para a Freguesia do Botão.”

**Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Peço desculpa, mas a intervenção do Senhor Presidente, já estive a dialogar com ele sobre a matéria insere-se no período da ordem do dia que é o ponto nº 1.

Nós estamos ainda no ponto antes da ordem do dia, está aqui uma questão focal para a cidade que é o Metro. Não é uma questão do Partido Socialista é uma questão da Cidade de Coimbra e de todos nós de todos os partidos.

Pedia a V. Ex<sup>a</sup> que pusesse à votação o requerimento inicial, por questão de eficácia e posterioridade fosse posta à votação, para sobre a matéria do Metro Mondego tomarmos uma posição é a questão que eu designei por Questão Coimbrã.”

Posta à votação a **moção do Metro Mondego-Questão Coimbrã** atrás transcrita foi a mesma aprovada por unanimidade e aclamação.

**Declaração de Voto de Maló de Abreu**

“Naturalmente e apesar da minha intervenção ter referido esta questão, nós desde há muito tempo que temos dúvidas sobre a realização desta obra.

Sempre fomos pondo com algum cuidado, evitando ferir susceptibilidades, ou para que não pensassem que as nossas dúvidas eram mais dúvidas de ataque partidário político do que outras, e estamos absolutamente de acordo com esta moção e por isso, convictamente votamos a favor e espero que o Senhor Presidente tome as medidas necessárias para que Coimbra se faça ouvir nesta questão.”

Posta à votação a **Moção sobre o pagamento ou não das portagens** foi a mesma aprovada com 38 votos a favor, 13 abstenções e 2 votos contra.

#### **Declaração de Voto de Maló de Abreu**

“Foi levantada aqui uma questão que importa esclarecer.

Nós não queremos mais do que os outros. Nós queremos exactamente o que os outros querem, em iguais circunstâncias.

Se outros não pagam em circunstâncias iguais às nossas, nós achamos que devemos estar nessa condição.

Passando a pagar, que paguemos todos.

Também sou a favor do utilizador pagador.

Portanto se fui mal compreendido o que nós queremos, apesar de sempre termos pago, não queremos continuar nesta situação de desigualdade relativamente a outras zonas do País.”

Seguidamente foi colocada à votação a **moção** atrás transcrita apresentada pela CDU, sobre **Voto de pesar de José Saramago**, tendo a mesma sido aprovada com 1 voto contra.

De seguida o Presidente da Assembleia leu a **Recomendação ao Executivo Municipal sobre a constituição dos mega-agrupamentos de escolas** apresentada pelo Bloco de Esquerda e atrás transcrito.

Posto à votação a Assembleia Municipal aprovou com 15 abstenções e 38 votos a favor esta moção.

A seguir foi posta a votação a moção apresentada pela CDU, **“Coimbra quer um ensino público e com qualidade”**.

Aprovada com 53 votos a favor e 1 abstenção.

Por último foi posta à votação a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o **PEC**.

Foi a mesma reprovada com 11 votos contra, 10 votos a favor e 27 abstenções.

#### **Intervenção do deputado municipal André Oliveira**

"O Partido Socialista pretende apresentar um requerimento à mesa antes da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, estamos de acordo com a intervenção do deputado Maló de Abreu para retirar o Plano Estratégico da ordem de trabalhos e como tal gostaríamos que houvesse um novo agendamento para uma Assembleia extraordinária."

### **Intervenção do Presidente da Assembleia**

Quanto às propostas feitas à ordem de trabalhos, sobre o ponto do Plano Estratégico, já falei com os líderes de bancadas e é de consenso que se realize uma extraordinária para este efeito.

Tenho indicação que há um ponto extra que é urgente **Proposta de recrutamento de pessoal**, proponho à Assembleia a sua inclusão na Ordem de trabalhos para discussão e votação.

Esta proposta foi aceite unanimemente.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

“Gostaria de dar três ou quatro respostas, penso que são breves, em relação a pontos que tomei nota.

Em relação ao senhor Presidente da Junta de St<sup>a</sup> Cruz quero-lhe dizer o seguinte e serve para todos.

Todos os Parques infantis que não estiverem em condições, aqueles parques mais antigos, têm de ser desactivados e serem substituídos por outros, por uma razão muito simples.

Entretanto foi publicada nova legislação, impõe uma responsabilidade adicional à entidade que coloca os parques, e nós não estamos dispostos a que não haja parques que não tenham condições e que continuem em funcionamento.

Todos aqueles que assim são, a Câmara assume a responsabilidade de retirar e colocar assim que poder nas próprias condições de funcionamento.

A questão da PT é no fundo para vos dizer o seguinte, que é uma coisa que já sabem.

É que a Câmara desde o princípio actuou como deveria ter actuado, na defesa dos interesses da cidade, do desporto e do grupo da PT.

Infelizmente, houve uma empresa pública, com golden share do Estado que não pensou assim, que pensou noutra tipo de coisas e a qual teve de ser chamada à responsabilidade pela Câmara para se conseguir chegar a uma solução de equilíbrio.

Nós, com o esforço do Senhor vice-presidente e do Sr. vereador do Pelouro da Juventude e do Desporto foi conseguida uma solução de equilíbrio que dispensarei agora de a descrever em pormenor.

Mas, que, dentro de pouco tempo pode estar visível por todos, e conseguimos de facto, aquilo que nós todos queríamos, uma vitória par o desporto em Coimbra, com a nossa perseverança, com a nossa teimosia e com o esforço destes dois vereadores e naturalmente com o apoio da PT que em todas as acções públicas, que fez, também naturalmente nos ajudou a manter a pressão sobre uma solução que me parecia injusta e iníqua.

A outra questão que queria abordar é uma questão que já falei várias vezes sobre isto que é a das escolas.

Há pouco tempo atrás e dei conhecimento à Câmara Municipal, uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Educação e com vários Presidentes de Câmaras Municipais do distrito de Coimbra.

O Senhor Secretário de Estado da Educação vinda tentar condicionar as Câmaras Municipais a aceitar o princípio de menos 21, fecham. Houve Presidentes de

Câmaras que estiveram de acordo com esta medida, eu sempre declarei que estava em desacordo com esta medida. Expliquei qual era o meu ponto de equilíbrio do meu ponto possível. O meu ponto de equilíbrio do meu ponto possível era só este:

-Em primeiro lugar, se o Presidente da Junta de Freguesia e as Associações de Pais não querem as escolas fechadas, elas não devem fechar.

-Em segundo lugar, para a avaliação de fecho ou não fecho, das escolas não bastava um critério de menos 21 ou menos 43 ou menos 34, mas era preciso um critério tríplice que garantisse o seguinte:

1º Que houvesse por ventura um critério de natureza pedagógica e aceitável, mas que logo a seguir houvesse um critério de natureza de ordenamento do território que, nos dissesse se era ou não aconselhável o encerramento daquela escola naquela comunidade e naquele local.

Em segundo que soubéssemos que as pessoas, as crianças que ali estavam podiam ir para uma escola com melhores condições ou não.

E disse ao Senhor Secretário do Estado quando ele me perguntou pela terceira vez se eu concordava com o critério de menos 21 ou não, e eu disse-lhe que já não sabia explicar melhor ao Senhor Secretário de Estado a minha maneira de pensar.

A minha maneira de pensar é esta.

E devo dizer que foi a maneira de pensar que fez maioria, naquela reunião de Presidentes de Câmaras com o Senhor Secretário de Estado.

O que significa que em relação a Coimbra, eu espero que seja tida em conta a posição e que não seja feita nenhuma loucura, em relação às escolas do concelho.

Juntei ainda outro argumento que é este, porque considero que é uma chantagem absurda uma escola com menos de 21 alunos, que tenha 16 ou mais alunos, que seja retirado dessa escola, um dos professores.

Considero um elemento de chantagem e um elemento perigoso, porque pode levar a que naquele período de recomposição da comunidade escolar em escolas com condições, pode levar que os pais deixem de levar os filhos para essas escolas.

Portanto, acho que era para liminar justiça, que cada uma destas escolas tendo duas salas tivesse dois professores, e que o Ministério da Educação não retire professores nessas condições das escolas.

Isto é aquilo que eu penso em relação às escolas, com vêm não é diferente do que tenho dito aqui, não é diferente do que diz a nossa Carta Educativa, aprovada aqui nesta Assembleia, que diz, que, como resultado final nunca, pode nenhuma freguesia ficar sem nenhuma escola pelo menos.

Abstenho-me de dar outras considerações, porque já me ouviram várias vezes sobre isto e queria poupar-vos os vossos ouvidos.

Em relação ao Metro Mondego, eu fico muito feliz, pela posição que aqui foi conseguida e suscitada pelo camarada Ferreira da Silva. Porquê? Porque em relação à questão da Metro Mondego, é evidente que é uma questão que tem paralelo como várias outras.

Eu disse, há algum tempo a um jornalista, que só queria perceber uma coisa. Se no País não havia dinheiro para nada ou havia dinheiro para tudo?

Se no País havia dinheiro para algumas coisas ou não havia só para algumas coisas nossas?

Se no País havia dinheiro para abrir o hospital de Cascais e não havia dinheiro para abrir o Pediátrico?

Se no País, há dinheiro para fazer outras auto-estradas e não há para a auto-estrada Coimbra/Viseu.

Se no País, há dinheiro para fazer Metros noutros sítios e soluções ferroviárias, e não há para o Eléctrico Rápido de Superfície de Coimbra.

É isto que eu quero saber! E é bom que todos os senhores comunguem deste princípio, porque é o mesmo princípio que se aplica também e tenho muitas as vezes chamado a atenção para o financiamento dos transportes.

Espero que todos os senhores estejam igualmente de acordo em relação as estas questões que tem a ver com defesa dos interesses essenciais do País e de Coimbra.

Agora, em relação ao Metro Mondego quero acrescentar o seguinte ainda:

Esta questão, da incidência do PEC vem fundamentalmente de um erro que foi cometido, e o erro que foi cometido foi este:

A chamada primeira fase do Metro-Mondego está feita, com um pedido de financiamento, feito pela REFER e pela CP, no valor de 300 milhões de euros.

Sabem os senhores, quais são as situações financeiras da CP e da REFER.

Sabem os senhores, não em relação ao Metro-Mondego mas em relação a quem, pede este tipo de financiamento quais são os problemas que se colocam no PEC.

Eu sempre disse, que me parecia uma solução menos boa, desenvolver este processo em duas fases, e que para mim e para os interesses de Coimbra deveria vir numa fase só.

Insisti com o Governo anterior, para que não só, me dissesse quais eram as condições da exploração do Metro até ao fim do Governo, como ainda me definisse os prazos para a segunda intervenção. Nunca, consegui uma resposta definitiva em relação a essa questão. E era tão importante quanto isto, para as bases do sistema de exploração era preciso um novo diploma legislativo. O anterior Governo passou para este, todo esse ónus para ser resolvido agora. Passou mal, e portanto, a questão que agora se coloca é esta questão com esta dificuldade toda, que leva o Senhor Secretário de Estado a colocar a Administração do Metro-Mondego na seguinte posição:

Digam-me os senhores do Conselho de Administração quais são os cenários que antevêm para o futuro do Metro?

Estou a dizer isto pela primeira vez aqui.

A Administração do Metro colocou quatro cenários, a que chamou cenário base, que é aquele que existe, cenário possível, cenário indesejável e cenário indefensável. Eu creio que os três últimos são todos indefensáveis, não concordo com nenhum deles, e gostaria que a Assembleia tomasse a mesma posição. Porque, só aceito, aquilo que foi combinado connosco no início, só aceitei abrir mãos das críticas que fiz ao projecto, na sua fase de lunação do concurso, nesta base de confiança.

Portanto, o que está a acontecer, é que o Governo está a trair a confiança da Câmara Municipal de Coimbra.

Portanto, a questão é tão simples quanto esta!

Peço a V.Ex<sup>a</sup>, vénia, para não me pronunciar mais sobre este assunto. Já verificaram qual é a minha posição, que foi objecto duma carta escrita ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, com quem me encontrei duas vezes em Lisboa sobre a questão do Metro Mondego. Percebo que o senhor Secretário de Estado de Transportes, não é a pessoa que pode resolver isto, que é o Ministro das Finanças, mas, o que eu fiz questão de dizer nessa carta, é que o problema é que o

Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças são os mesmos do Governo anterior, o único que está novo é o Secretário de Estado.

Portanto, é inadmissível que o Ministro das Finanças e o Primeiro-Ministro tenham uma posição diferente àquela que o anterior Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças tinham. Penso que V. Ex.<sup>as</sup> também me acompanham, nesta reflexão, porque não quero chegar ao ponto que chegou um responsável político da nossa cidade, dizer que é preciso uma remodelação do Governo. Não é preciso, acho que para resolver os problemas de Coimbra com o Governo é só preciso mudar de Primeiro-Ministro não vale a pena mais nada!

Penso, portanto, que posso poupar-vos a mais longa intervenção, esta era o essencial que vos queria dizer, e agradeço ao camarada Ferreira da Silva ter colocado a questão da maneira simples directa e envolvente como colocou.”

### **Período da Ordem do Dia:**

#### **Aprovação de actas:**

Previamente distribuída a acta da reunião realizada em 26 de Abril último, foi a mesma aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia perguntou aos srs. Deputados Municipais se não tinham mais alterações a fazer à acta da reunião realizada em 29 de Dezembro último que teve aquela deficiência de gravação. Frizando que se não houver mais nada a acrescentar se poderia colocar à votação.

Neste sentido, foi a mesma aprovada.

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Quería fazer um pedido prévio ao Senhor Presidente da Assembleia para lhe dizer que o empenho do Partido Socialista, na questão do Metro - Mondego e no requerimento que foi aprovado por esta Assembleia, vem ao ponto de entender que o Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal ainda hoje deveria fazer um requerimento para o Gabinete do Primeiro Ministro solicitando a audiência para essa comissão.

Não é difícil fazer, pode ainda hoje seguir daqui dentro de alguns minutos para o Gabinete do senhor Primeiro-Ministro.”

#### **Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro foi previamente distribuída para todos os membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

#### **Ponto 2 – Contracção de empréstimo de médio/longo prazo no valor de 1.000.000,00 € para financiamento de projectos do PPI 2010 dos SMTUC:**

Sobre este processo não houve qualquer intervenção por parte da Assembleia, passando-se de imediato à votação.

Assim, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 14 de Junho, foi deliberado, por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções (sendo o total dos membros efectivos da Assembleia Municipal 64 e estando presentes no acto da votação 58 membros, pelo que votaram a favor 56 e abstiveram-se 2) aprovar a contracção do empréstimo de médio e longo prazo, no valor de

1.000.000,00 (um milhão de euros), para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, destinado ao financiamento do PPI/2010, designadamente fornecimento de instalação de novo sistema de bilhética e aquisição de simulador de condução.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 3 – Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2009 e Parecer do Revisor Oficial de Contas:**

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Se há pouco fiz uma intervenção que pretendia com máxima unidade, se calhar desta vez não vamos ser tão concordantes.

Na última Assembleia Municipal, o Partido Socialista anunciou aqui, votar contra as Contas do exercício do ano anterior, acabando até na altura, por recusar participar na respectiva votação.

Disse-o e fê-lo, afirmando então que esta Assembleia Municipal, estava a votar em 26 de Abril de 2010, as Contas que não são as aprovadas em reunião camarária de 12 de Abril de 2010, mas uma versão final, não votada, nem aprovada pelo executivo municipal e sem a correspondente certificação e parecer do ROC.

Disse-o e fê-lo, como se afirmou então, porque foi presente a esta Assembleia uma informação da Senhora Directora de Administração e Finanças, com data posterior àquela deliberação, dando conta que o Relatório da “Situação Económica — Financeira e Orçamental”, foi elaborado a partir de dados sobre as Contas que não eram as definitivas e bem assim, que houve um erro de transcrição do resultado líquido do ano de 2008, pois que tal resultado líquido não era de 6.608.680,00€, mas sim de 1.458.984,88€.

Disse-o e fê-lo, como se afirmou então, porque a Câmara aprovou assim, sem os votos do PS — é justo lembrar - uma versão da Situação Económica-Financeira e Orçamental que não era a versão final e para adoptar a própria terminologia do Senhor Vice Presidente Dr. Barbosa de Melo, responsável pelo pelouro financeiro.

Disse-o e fê-lo, como se afirmou então, porque sobre esta nova versão, dita “final”, o ROC não produziu a sua certificação, nem o seu parecer, pois o que existe é de 13 de Abril de 2010, portanto relativa à versão errada, a provisória, que não a “versão final”

Disse e fê-lo também, porque não era correcta a informação acima aludida da Directora da Administração e Finanças quando aí referia que e estamos a transcrever “ Os documentos da Prestação de Contas do Município relativos ao ano de 2009 que foram submetidos à sessão de Câmara de 12 de Abril, designadamente... a Demonstração de Resultados...e anexos às Demonstrações Financeiras reflectem integralmente a actividade financeira e patrimonial, de acordo com o parecer do Revisor Oficial de Contas que se anexa.”

Disse e fê-lo, como se afirmou então, emitindo juízo de valor sobre os documentos de Prestação de Contas do Município que “o que se trata é de asneira grossa, a por em causa o rigor e credibilidade de tais documentos”.

Tínhamos razão, infelizmente, mas mais uma vez a maioria CDS/PSD/CDU, não quis dar ouvidos a quem de forma responsável, pretende chamar à atenção para o que está mal. Não fica bem esse exercício de falta de humildade democrática, ou dito de outra forma, essa teimosia perante o erro claro.

E surgem-nos assim conteúdos diferentes constantes do documento de Certificação Legal das Contas do ROC de 15 de Abril de 2010, produzido sobre as Contas aprovadas em reunião de Câmara de 12 de Abril de 2010, e o documento da Certificação Legal de Contas Consolidadas, hoje presente nesta Assembleia datado de 17 de Maio de 2010, e que não pode ter sido produzido sobre Contas aprovadas em reunião do executivo camarário, porque assim, nunca foram aprovadas.

No primeiro documento de Certificação do ROC afirma-se que “o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 608.376,81 milhares de euros, e um total de Fundos Próprios de 441.012,91 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 2.553,92 milhares de euros”.

No segundo, diferentemente, afirma-se que “ O Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 658.203,31 milhares de euros, e um total de Fundos Próprios de 448.055,92 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 5.52,1 8 milhares de euros”.

Num, uma coisa, no outro, já outra.

Tínhamos razão, quando dissemos então que a asneira é grossa!

E reafirma-se de novo como na Reunião da Assembleia de 26 de Abril que ainda assim o ROC, colocou como nós deputados municipais do Partido Socialista sérias reservas no seu documento de certificação legal daquelas Contas votadas a 12 de Abril de 2009.

Estas reservas, pela sua natureza e dimensão, são motivo, também agora, igualmente, para justificar o voto contra da bancada socialista.

Aprovar assim tais contas, era um verdadeiro “salto no escuro”, como já antes se dissera.

Repete-se como então, que não é aceitável que nelas se possam omitir responsabilidades financeiras, resultantes de eventuais acções judiciais movidas contra a Câmara, sejam de indemnizações por expropriações, sejam de acções judiciais para efectivação da responsabilidade civil contratual ou extracontratual da Câmara.

Podem estar em causa milhares ou milhões de euros que afectem todo o passivo.

Não é igualmente aceitável que seis empresas municipais participadas (antes eram sete) — como salienta o ROC — não tenham facultado as suas Contas para verificação da sua conformidade. Porquê?

Mas, nem a versão errada das Contas da Câmara, aprovada por unanimidade por deliberação da Câmara de 12 de Abril sem a participação dos vereadores do Partido Socialista, nem a designada “versão final”, cuja deliberação de aprovação pela Câmara Municipal se desconhece, permitem um juízo, uma apreciação correcta, de rigor, sobre as Contas reais, como resulta do Parecer do Auditor externo, razão porque, também por aqui, o Partido Socialista nesta Assembleia, VOTA CONTRA as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2009, hoje aqui apresentada.

Não havendo mais intervenções foram estes documentos colocados à votação, tendo a Assembléia Municipal deliberado, por maioria (29 votos a favor, 4 votos contra e 14 abstenções) aprovar as contas consolidadas de 2009 relativas universo constituído pelo Município, Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, Empresa Municipal AC, Águas de Coimbra, E.M. e Empresa Municipal TC-Turismo de Coimbra, E.M. e a que se refere o artigo 46º nº1 da Lei das

Finanças Locais (Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º22-A/2007 de 29 de Junho e pela Lei n.º67-A/2007 de 31 de Dezembro).  
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 4 – Mapa de Pessoal Direcção Municipal de Desenvolvimento Humano e Social:**

Não havendo qualquer comentario sobre este assunto, foi de imediato, colocado à votação, tendo a Assembleia deliberado, por unanimidade aprovar a proposta de alargamento do Mapa de Pessoal do Município de Coimbra de seis (6) lugares na Categoria de Assistente Operacional (funções de Auxiliar de Acção Educativa) em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, conforme proposta aprovada pela Câmara Municipal em 14 de Junho.  
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 5 – Associação Cultural e Recreativa de Coimbra – pedido de isenção de IMI:**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 24 de Maio último, deliberou, por unanimidade aprovar a seguinte proposta:

- Isentar, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), a Associação Cultural e Recreativa de Coimbra do pagamento de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis referente ao direito de superfície sobre a parcela de terreno, destinada a construção urbana, sita na Quinta da Fonte, freguesia de Santo António dos Olivais, inscrita na matriz urbana sob o artigo 12.479 e descrita na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 7.332.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 6 – Plano Pormenor da Zona desportiva de Taveiro:**

Sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 14 de Junho, a Assembleia Municipal deliberou, com dois votos contra, aprovar o Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

**Ponto 7 – Prestação de serviços de limpeza de instalações municipais – despesa plurianual:**

Relativamente a este processo, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara datada do passado dia 14 de Junho, autorizar a Câmara a proceder à abertura de concurso público para o prestação de serviços de limpeza de instalações municipais, ao abrigo do disposto no artº 22º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de Junho, sendo o limite máximo dos encargos correspondentes a cada ano económico a seguir indicado:

-2010-€ 50.000,00 acrescido de IVA

-2011-€ 600.000,00 acrescido de IVA e da correspondente actualização de preço

-2012-€ 600.000,00 acrescido de IVA e da correspondente actualização de preço

-2013-€ 550.000,00 acrescido de IVA e da correspondente actualização de preço

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 8 – Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra a Virgílio Caseiro:**

**Intervenção da deputada Isabel Vargues**

"Faço questão com esta intervenção, de saudar o reconhecimento da cidade pela figura e pela actividade Maestro Virgílio Caseiro.

Ele tem sido, há várias décadas o educador de gerações e gerações que despontam para o sentido do ritmo e da harmonia.

Gerações de crianças que ele conduz, à ordenação e aprofundamento desses sentidos, pela música e através dela com o seu método e engenho únicos conduz os alunos como educador certo às experiência e consciência de urbanidade e de disciplina.

Da imprescindibilidade das regras de convivência e de respeito no grupo, grupo que assim, se converte em harmonia e ritmo conjugados.

Pauta de notas e interacção disciplinada, educar com regras, pois, a música é jogo sério.

A música, pela mão de Virgílio Caseiro é aprendizagem de rigor democrático.

Virgílio Caseiro substitui-se assim a um sistema educativo com as suas falências metodológicas, de há décadas.

A Virgílio Caseiro se deve, a educação do ouvido, que preparou e prepara para a aprendizagem de línguas, da concentração e exigência, do treino e da filosofia do trabalho, valores esquecidos que a música levava a sério, é coisa séria, e não se compadece como deus educativo gastos.

A Virgílio Caseiro se deve o rasgo criativo e excêntrico que faz sair quem pode, quem sabe e quem tem generosidade para isso, do seu microcosmos e entrar pela música na alma e na pessoa de jovens com problemas psicossomáticos, a quem abre o mundo de dignificação e de afirmação pela criação estética, pelo democrático jogo de interpretar em conjunto com quem não tem tal tipo de problemas.

Essa, é uma experiência rara, comovedora e pedagógica para o próprio público.

Num País onde o futebol é rei, como se demonstra e a música humilde e silenciosa subalterna, numa cidade onde muito pouco acontece em termos de afirmação musical, comparando com Figueira da Foz e sobretudo com Aveiro, onde o TGV já passou em termos musicais, Virgílio Caseiro representa a centelha, o motor, que, insiste pelos grupos musicais e orquestras formados, dirigidos e levados à Excelência em dotar Coimbra de um dos indicadores humanísticos permanentes.

A música, indicador, que faz a diferença entre Países culturalmente desenvolvidos, ou Países perdidos na estagnação de consumo acrítico de gestos e de ideias.

Como cidadã, como educadora, como mãe de jovens que começaram a apreender e a amar a música, com Virgílio Caseiro, assim foram motivados a cultivá-la em ensino instituído.

Digo, obrigada Virgílio Caseiro que esta justa homenagem signifique também, uma nota de esperança e de incentivo para o futuro do incentivo da música em Coimbra."

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo**

"Em nome da bancada da CDU e em relação a esta merecida homenagem que a Cidade se propõe fazer ao Maestro Virgílio Caseiro, só uma nota; a nota da capacidade visionaria do trabalho para o futuro personificado pelo Maestro Virgílio Caseiro no trabalho com as crianças.

É esta marca distintiva do amplo currículo que aqui nos é demonstrado e também aqui foi reafirmado, que gostaria de deixar aqui como uma menção notória, se

noutras na valessem apenas e que merecem a honra desta bancada votar favoravelmente esta homenagem e que honra, que, não devemos considerar como merecida pelo Maestro Virgílio Caseiro que a sua própria vida o tornaria desnecessária.

A honra é nossa e é um dever votar favoravelmente esta atribuição de medalha."

### **Intervenção do Presidente da Assembleia**

"Não ficava bem com a minha consciência, se não desse a palavra a mim próprio dizendo que é um caso extraordinário, sou beneficiário directo, não por mim mas já pelos netos acho um caso extraordinário.

Ainda na sexta-feira passada assisti a mais um espectáculo dele.

Virgílio Caseiro consegue ter uma obra fantástica, um caso único, enfim não posso comparar mas é um caso fantástico em termos de educação musical."

Posto à votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada 10 de Maio passado, deliberou, por unanimidade e aclamação, aprovar a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra a Virgílio Alberto Valente Caseiro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 9 - Regulamento de utilização e funcionamento do estádio Municipal Sérgio Conceição:**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de Maio último, deliberou aprovar por unanimidade, o Regulamento de Utilização e Funcionamento do Estádio Municipal Sérgio Conceição.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

### **Ponto 10 – Empresa de Turismo prestação de Contas de 2009:**

Nos termos da lei a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos de prestação de Contas de 2009 da Empresa Municipal de Turismo.

### **Ponto 11 – Comunidade Inter Municipal do Baixo Mondego – prestação de contas de 2009:**

Nos termos da lei a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos de prestação de Contas de 2009 da Comunidade Inter Municipal do Baixo Mondego.

### **Ponto 12 – Conselho da Comunidade – ACES Baixo Mondego I – indicação de um representante da A.M.**

Relativamente a este assunto o Grupo Municipal "Por Coimbra" apresentou uma proposta visando a deputada Anabela Ponces Correia como Representante da Assembleia Municipal de Coimbra no Conselho da Comunidade ACES Baixo Mondego I, uma vez que estava ligada à área da saúde.

Não havendo qualquer objecção por parte das outras bancadas municipais, a Assembleia deliberou, por unanimidade, designar a deputada Anabela Ponces Correia como Representante da Assembleia Municipal de Coimbra no Conselho da Comunidade ACES Baixo Mondego I.

### **Adenda**

**Águas de Coimbra AC-Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas:**

Nos termos da lei a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas das Águas de Coimbra AC-

**Plano Estratégico de Coimbra:**

Retirado para uma Assembleia extraordinária

E sendo 20 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.